

Relações Internacionais

ESTRUTURA ORGÂNICA DA ISPCAB

ISPCAB-INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE CABINDA Presidente do Conselho de Administração Dr. Manuel João Gonçalves Fonseca Presidente Eng. José Manuel Brás de Cabedo Simas Vice - Presidente para Assuntos Académicos Msc. Raúl Alberto Lello Vice - Presidente para Assuntos Científicos Msc. Agostinho Bumba SECRETÁRIO GERAL Dr. Xavier Soca Tati	<u>CHEFES DOS DEPARTAMENTOS</u> Departamento de Ciências da Saúde Msc. Maria Luisa Da Costa Neto Francisco Departamento de Engenharias e Tecnologia Msc. Arlindo Quaresma Soche dos Ramos Departamento de Ciências Sociais Dr. Tiago Morais Buanga
---	--

Licenciatura	RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Tempo de Duração	4 anos e meio
ISPCAB	Cabinda
Turnos	Manhã [] Tarde [] Noite []
Carga Horária	3.808
Presidente	Engenheiro José Manuel Brás de Cabedo Simas
Chefe de Departamento	Dr. Tiago Morais Buanga

1. APRESENTAÇÃO

As relações Internacionais Contemporâneas têm se caracterizado por importantes eventos e processos que têm afectado de forma crescente as relações de poder tanto na cena internacional quanto na vida doméstica dos Estados. O crescente nível de internacionalização das sociedades e das economias nacionais, a transcendência dos processos de integração regional, a liberalização dos mercados consumidores entre outros importantes processos despertam atenção crescente tanto entre académicos e estudiosos, bem com das empresas públicas e privadas, das organizações não governamentais, uma vez que as suas estratégias são mais dependentes de tais processos. Assim, está claro que compreender as dinâmicas internacionais contemporâneas significa entender os factores que actuam como constrangimentos da vida económica, política e social de Angola.

2. OBJECTIVOS DO CURSO

O Curso de Relações Internacionais tem como objectivo formar profissionais aptos a actuar num mundo globalizado onde a aproximação e relacionamento dos povos se faz cada vez mais presente dotado dos conhecimentos necessários para interagir com eficiência nas esferas públicas ou privadas com capacidade para analisar e compreender conjecturas internacionais, elaborar e projectar cenários, negociar e conciliar interesses.

3. PERFIL PROFISSIONAL

O curso de Licenciatura em Relações Internacionais quer formar profissionais qualificados para actuar nas diversas áreas do mercado de trabalho em que o conhecimento dessa matéria é cada vez mais importante para o desenvolvimento de uma variada gama de actividades profissionais. O Licenciado em Relações Internacionais estará habilitado a trabalhar em instituições internacionais, empresas privadas, empresas de comunicação (imprensa), agências governamentais, organizações não-governamentais, empresas de consultoria e instituições financeiras nacionais e internacionais que, dia-a-dia, aumenta sua demanda por profissionais capazes de analisar as relações económicas, políticas e jurídicas entre províncias. Da mesma forma, tem crescido a oferta de trabalhos de assessoria sobre questões internacionais a ministérios, partidos políticos, governos provinciais e locais, sindicatos e outras entidades. Além disso, o curso oferece uma qualificação excelente para candidatos ao concurso público de ingresso na carreira diplomática, considerado extremamente competitivo.

3.1. Competências, Atitudes e Habilidades

A nova realidade de mercado exige um profissional de relações internacionais apto a actuar no sector empresarial. Precisa ter compreensão técnica e legal da gestão de negócios internacionais em áreas como planeamento estratégico, marketing e finanças, actuando como um diplomata empresarial. Sua principal habilidade deve ser a de captar e analisar com eficiência informações de âmbito internacional, e para tanto é imprescindível que domine pelo menos dois outros idiomas na forma escrita e oral.

3.2. Campo de Actuação

O aluno formado pelo curso de Relações Internacionais da ISPCAB terá amplas condições de actuar tanto em organismos internacionais como em empresas privadas e associações sectoriais que precisam ter uma acção em outras regiões do mundo. Um profissional pronto para desenvolver a área internacional da organização em que estiver ou criar.

6. COMPOSIÇÃO CURRICULAR

Composição Curricular do Curso de Relações Internacionais					ISPCAB		
					Projecto Pedagógico 2012		
Esp	Ano	Sem	Nº	Disciplinas	Total	Teórica	Prática
	1º	I	1	Direito I	4	4	
			2	Economia I	3	3	
			3	Estatística	3	3	
			4	Informática	3	3	
			5	Inglês I	3	3	
			6	Metodologia da Investigação	4	4	
			7	Relações Internacionais I	4	4	
			8	Técnicas de Expressão I	3	3	
		Subtotal			27	27	0
		II	9	Direito II	4	4	
			10	Economia II	3	3	
			11	Ética Profissional	3	3	
			12	Filosofia	3	3	
			13	Inglês II	3	3	
			14	Relações Internacionais II	4	4	
			15	Técnicas de Expressão II	3	3	
			16	Teoria da Comunicação	3	3	
		Subtotal			26	26	0
	2º	III	17	Ciência Política	3	3	
			18	Direito Constitucional Angolano	4	4	
			19	Direito Internacional Público I	4	4	
			20	Economia Internacional	3	3	
			21	História das Relações Internacionais I	4	4	
			22	Inglês III	4	4	
			23	História das Ideias Políticas I	3	3	
			24	Teoria das Relações Internacionais I	4	4	
		Subtotal			29	29	0
		IV	25	Direito Internacional Público II	4	4	
			26	Geografia Política e Económica	3	3	
			27	História das Ideias Políticas II	3	3	
			28	História das Relações Internacionais II	4	4	
			29	História de Angola	3	3	
			30	Inglês IV	3	3	
			31	Direito Administrativo	3	3	
			32	Teoria das Relações Internacionais II	4	4	
		Subtotal			27	27	0
	3º	V	33	Direito Internacional Privado I	4	4	
			34	Direitos Humanos	3	3	
			35	Geopolítica e Geoestratégia I	4	4	
			36	Gestão e Resolução de Conflitos	4	4	
			37	História da Diplomacia	4	4	
			38	Organizações Internacionais I	4	4	
		Subtotal			23	23	0
		VI	39	Direito Internacional Privado II	4	4	
			40	Geopolítica e Geoestratégia II	4	4	
			41	História de África e dos PALOP	4	4	
			42	Integração e Blocos Regionais	4	4	
			43	Política Externa de Angola	4	4	
			44	Relações Internacionais Africanas	3	3	
			45	Organizações Internacionais II	3	3	
		Subtotal			26	26	0

Económica	4º	VII	46	Análise Económica e Financeira	3	3	
			47	Contabilidade	3	3	
			48	Direito Diplomático e Consular	3	3	
			49	Direito Internacional Económico	3	3	
			50	Marketing	3	3	
			51	Seminário sobre Problemas Internacionais Actuais	3	3	
			52	Teoria e Técnicas de Negociação Internacional	3	3	
		Subtotal			21	21	0
		VIII	53	Banca e Finanças Internacionais	3	3	
			54	Marketing Internacional	3	3	
			55	Negócios Internacionais	3	3	
			56	Protocolo e Cerimonial	3	3	
			57	Mercados Financeiros	3	3	
			58	Psicologia Social	3	3	
			59	Segurança nas Relações Internacionais	3	3	
		Subtotal			21	21	0
	5º	IX	60	Estágio Supervisionado	20		20
			61	Monografia	4		4
		Subtotal			24	0	24

Económica	
Carga Horária Anual	
Resumo	
1º Ano	848
2º Ano	896
3º Ano	784
4º Ano	672
5º Ano	384
Total	3.584

7. PLANO DE ESTUDO DE CADA DISCIPLINA

1º ANO
I SEMESTRE
SUMÁRIOS

- 1 Direito I**
- 2 Economia I**
- 3 Estatística**
- 4 Informática**
- 5 Inglês I**
- 6 Metodologia da Investigação**
- 7 Relações Internacionais I**
- 8 Técnicas de Expressão I**

1. DIREITO I

SUMÁRIO

Noções do Direito em geral: das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos. Direito da Família. Direito Comercial. Direito Processual. Direito Penal. Direito Processual. Direito Tributário. Direito Internacional público e privado. Direito Alfandegário. Direito Internacional. Direito Ambiental. A confiança do cliente e a função Pública do gestor. Legislação do Trabalho.

OBJECTIVOS

Contribuir para que o aluno utilize os conhecimentos na área jurídica para o aperfeiçoamento das questões ligadas às Relações Internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O que é o Direito;
- Desenvolvimento e importância dos Direitos e Garantias Sociais de diversos grupos e movimentos;
- Introdução aos principais conceitos de Direito: familiar, penal, ambiental, Legislação do Trabalho no mundo e em Angola;
- Direitos do consumidor no mundo e em Angola;
- Possibilidades e limites dos estudos do Direito para o entendimento das Relações Internacionais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

ACCIOLY, H. Direito internacional. São Paulo: Saraiva, 1997.

Colecção Saraiva – Constituições e códigos. 1997/1998.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T (Org.). Turismo com ética. Fortaleza: UECE, 1998, FUHER, Maximilianus C. A Resumo de Direito. São Paulo: Malheiros, 1997

MEIRELLES, Hnely Lopes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 1995.

PINHO, Rui & NASCIMENTO, Amauri. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Atlas, 1996.

VALDECASAS, Juan Garcia y PEDRERO, Jesus. Introducion al derecho. Madrid: Sintesis, 1996.

VALLS, Álvaro L.m O que é Ética? São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

2. ECONOMIA I

SUMÁRIO

Origem etimológica da palavra Economia. Objecto de economia. Os elementos fundamentais da oferta e da procura. O mercado. A procura e a oferta da moeda. Introdução a macroeconomia. Inflação e o desemprego.

OBJECTIVOS

Procura-se nesta disciplina demonstrar que compreender o funcionamento da actividade económica e compreender uma parte da nossa vida. A obtenção dos nossos próprios rendimentos, bem como as nossas despesas enquanto consumidores, as tarefas e investir e poupar, a inflação e o desemprego, são alguns dos muitos aspectos que não serão compreensíveis se não se dominar os conceitos básicos dos mecanismos da actividade económica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO

- Origem etimológica da palavra Economia
- A Economia como ciência, formação e evolução Princípios da Economia
- Metodologia das Ciências Sociais
- A interligação da Economia com outras Ciências Sociais e Exactas 1.6 Economia Positiva versus Economia Normativa

OBJECTO DE ECONOMIA

- Conceito
- A Questão Central ou fulcral
- Problemas de Organização da Económica Factores produtivos e Produtos

OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA OFERTA E DA PROCURA

- O mecanismo do mercado
- Análise da Oferta e da Procura O Equilíbrio do mercado (parcial) A elasticidade

O MERCADO

- Considerações gerais
- Definição e estrutura Intervenção do Estado
- Mercado dos Factores
- O Mercado de trabalho
- Terra e Capital

A PROCURA E A OFERTA DA MOEDA

- Considerações gerais
- Análise da Procura da moeda
- Banco Central, Funções e os Instrumentos da Política Monetária
- O Papel do Estado na Economia
- Considerações gerais
- Funções
- Controlo Governamental da Economia Despesas Publicas
- Aspectos Económicos da tributação

INTRODUÇÃO A MACROECONOMIA

- Considerações gerais
- Objectivos e instrumentos
- Medição da actividade Económica
- Equação Macroeconómica Fundamental
- A oferta, procura agregada e o equilíbrio global

INFLAÇÃO E O DESEMPREGO

- Conceito
- Causas e Consequências
- Medição e Combate a Inflação
- Desemprego, Custo e impacto Económico-Social

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

Economia - Wonnacott!Wonnaeott/Crusius/Crsius

Economia - Samuelson!Neordhaus _12⁰ Edição

Desenvolvimento Económico Social-12 o Ano - Maehada P. Cruz

Introdução a Economia -10⁰ Ano Lucinda Enriques e Manuela Leandro

Dicionário de Economia Ciências Sórias Coodenação de C.D Echaudemaison.

Macroeconomia - Teoria e Política - william H. Branson -Edição

Economia internacional- Eduardo Raposo de Medeiros 6 – Edição)

Macroeconomia _ Edição Rudiger Dornbusch, Estanley Fischer e Ricardo Startz .

Dicionário Temático de Ciencias Económicas e Sórias - Jean Clude Gehanne.

Economia Política - Soares Martinez - Almedina - 2001

Introdução a Economia - João Luís César das Neves

Introdução a Economia Guia de apoio a Introdução a Economia

Economia, Maria da Luz Oliveira, Maria João Pais Belmiro, Gil Cabrito Texto Editora.

3. ESTATÍSTICA I

SUMÁRIO

Introdução ao desenvolvimento da Estatística e suas contribuições para a sociedade actual. Análise de dados estatísticos e seus diversos modos de apresentação. A Estatística e a manipulação de informações numa sociedade da informação.

OBJECTIVOS

- Introduzir o aluno nos conhecimentos básicos de Estatística;
- Apresentar ao aluno os estudos sobre a compreensão de dados estatísticos de um modo geral, especialmente no Turismo;
- Fornecer ao educando subsídios necessários teóricos e práticos para uso em situações relacionadas com a área de turismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O que é Estatística
- Surgimento Histórico da Estatística
- Possibilidades e limites dos estudos da Estatística para o Turismo
- Desvio padrão, moda, mediana
- Medidas de tendência central, medidas de variedade.
- Assimetria de curtos e Probabilidade.
- Variações aleatórias unidimensional.
- Distribuição de probabilidade.
- Razão e proporção. Números proporcionais. Divisão em partes proporcionais.
- Proporcionalidade composta. Regra de três. Câmbio. Porcentagem, Juros,
- Equações, Sistemas de Equações. Matrizes. Teoria dos Conjuntos. Análise
- Combinatória. Arredondamento de Números.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimento é feito através da avaliação contínua e ou de exame final em cada disciplina.

A avaliação continua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares (avaliação contínua) para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados

Os resultados da avaliação contínua são publicados antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA [4]

COSTA, Sergio. Introdução ilustrada à estatística. São Paulo, Harba, 1988.

FACCHINI, Walter. Matemática: volume único. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar, 5: combinatória, probabilidade: exercícios resolvidos, exercícios propostos com resposta, testes de vestibular com resposta. 6. ed. São Paulo: Atual, 2000. IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar, 4: seqüências, matrizes, determinantes, sistemas. 6. ed. São Paulo: Atual, 2000.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar, 1: conjuntos, funções. 7. ed. São Paulo: Atual, 2000.

Internacional, Tutor Machines limited. Introdução á estatística empresarial. São Paulo, 1971.

LEVIS, Jack.. Estatística aplicada para as ciências sociais. São Paulo: Saraiva, 1980.

SPINELLI, Walter; SOUZA, Maria Helena Soares de. Matemática comercial e financeira. 14. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR [2]

4. INFORMÁTICA

SUMÁRIO

A evolução da informática e as novas tecnologias. Estudo interdisciplinar. Informática aplicada ao futuro profissional de Relações Internacionais. Facilidades das tecnologias da informação e as competências e habilidades que o usuário deve construir para aproveitar os seus benefícios.

OBJECTIVOS

- Levar o aluno ao desenvolvimento de noções básicas em Informática;
- Contribuir para que o aluno sinta a necessidade de continuar o seu aperfeiçoamento da competência no uso das novas tecnologias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução as Tecnologias a comunicação e informação
- Introdução a História e uso da Internet
- Introdução ao ambiente Windows
- Introdução as ferramentas Word e excell

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

- CATAPULT. Microsoft Windows 3.1 Passo a Passo. São Paulo: Makron Books, 1994.
CHIAVENATO, F.J. A arte de organizar para informatizar. Rio de Janeiro: LTC, 1993.
CRUMLISH, C. Explorando a Internet. São Paulo: Makron Books, 1996.
MARTIN, James. Engenharia da Informação. Rio de Janeiro.: Campus, 1991.

5. INGLÊS I

SUMÁRIO

O inglês como instrumento de trabalho e serviço do profissional de Relações Internacionais. O conhecimento pleno do seu vocabulário, formas de expressão e gramática. Desenvolvimento do vocabulário Inglês no âmbito da sua aplicabilidade às profissões e actividades na área. Desenvolvimento de textos e redacções. Noções de linguística aplicada a linguagem oral e leitura de assuntos relacionados à área.

OBJECTIVOS

- Levar o aluno ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento da competência linguística na língua inglesa;
- Dotar o aluno de competência para a leitura, intervenção e produção de textos na língua inglesa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Saudações e formas de tratamento oral e escrita
- Linguagem, língua, norma e fala
- Introdução a gramática
- Introdução a expressão oral e escrita
- Introdução a leitura e compreensão de texto
- Aspectos Gramaticais:
- Pronomes pessoais e possessivos; Pronomes reflexivos e enfáticos
- Pronomes indefinidos
- Adjetivos possessivos
- Presente simples e presente contínuo
- Passado contínuo (while/when)
- Passado simples
- Presente perfeito x passado simples
- Futuro simples, futuro imediato e futuro contínuo
- Preposições de lugar (in, at, between, under, among, beside, etc.)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

CATUREGLI, Maria Genny. Dicionário inglês – português: turismo, hotelaria e comércio exterior. São Paulo: ALEPH, 1998.

CAMBRIDGE. International dictionary of English. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CHURCH, Nancy e MOSS, A. How to survive in the United States: English for travelers and newcomers. Cambridge University Press, 7 ed.

FALLA, T. 1996. Video conference: communication skills for work and travel. Oxford: Heinemann, 1990.

6. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

SUMÁRIO

Ciência e sua evolução. Relação entre a metodologia, o método e a ciência. O conhecimento e sua tipologia. O conhecimento científico. A interacção dos conhecimentos. A produção científica. O problema científico. Definição do problema científico. Funções do problema científico. Características do problema científico. Objectivos da Metodologia de Investigação Científica enquanto Disciplina. Importância da Investigação Científica no campo das Relações Internacionais. Objecto de estudo das Relações Internacionais.

OBJECTIVOS

- Ensinar os estudantes a fazer da pesquisa científica um ponto de partida para a reflexão profunda dos aspectos críticos do cenário internacional;
- Dotar os estudantes de instrumentos técnicos, lógicos e conceituais de investigação científica, familiarizando-os com o discurso, os conceitos e as teorias das Ciências Sociais;
- Promover o domínio pelos estudantes do conjunto de processos de estudo, de pesquisa e de reflexão que caracterizam a vida intelectual do universitário;
- Incutir nos alunos noções de escrita adequada e de coerência interna do discurso científico, que lhes possibilitem o devido aproveitamento, consoante a natureza do trabalho científico que estiver a ser realizado.
- Munir os estudantes de instrumentos que lhes permitam vincular a teoria à sua actividade prática futura.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CIÊNCIA E A METODOLOGIA CIENTÍFICA

- Ciência e sua evolução.
- Relação entre a metodologia, o método e a ciência.
- O conhecimento e sua tipologia.
- O conhecimento científico.
- A interacção dos conhecimentos.
- A produção científica.
- O problema científico.
- Definição do problema científico.
- Funções do problema científico.
- Características do problema científico
- Objectivos da Metodologia de Investigação Científica enquanto Disciplina.
- Importância da Investigação Científica no campo das Relações Internacionais.
- Objecto de estudo das Relações Internacionais.

FORMAS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

- Trabalhos Universitários de Licenciatura. Conceito do Trabalho Científico
- Qualidades de um trabalho científico Monografias.

MÉTODOS TEÓRICOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

O método e a técnica:

- Definição e funções do método e das técnicas Elementos básicos do método científico.
- Tipologia dos métodos teóricos de investigação científica. Método de Análise e Síntese.

- Método de Indução e Dedução.
- Método Hipotético-Dedutivo.
- Método Dialéctico

Pesquisa Científica:

- Conceitos de pesquisa. Finalidades da pesquisa.
- Os campos da pesquisa.
- Características da pesquisa. Procedimento sistematizado.
- Exploração técnica, sistemática e exacta. Pesquisa lógica e objectiva.
- Organização quantitativa dos dados.
- Relato e registo meticoloso e detalhado da pesquisa.
- Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental. Pesquisa experimental.

PLANEAMENTO DA PESQUISA

- Etapas da Pesquisa.
- Etapa Decisória.
- Preparação, organização e planificação da investigação. Escolha do assunto.
- Selecção do Tema.
- Delimitação de um problema. Formulação da hipótese.
- Estabelecimento de relações entre variáveis. Elaboração do plano provisório.
- Etapa Construtiva.
- Documentação temática.
- Levantamento bibliográfico.
- Selecção do material para leitura.
- Leitura para documentação.
- Fichamento para Trabalho de pesquisa.
- Estruturação dos dados para a redacção.
- Introdução.
- Desenvolvimento.
- Conclusão.
- Etapa Redactorial.

NORMAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO.

- Redacção definitiva do trabalho de pesquisa. Normas e medidas.
- Partes do texto.
- Capa.
- Sumário.
- Introdução.
- Os capítulos.
- A conclusão.
- Citações directas e indirectas.
- Notas de rodapé.
- Abreviaturas.
- Apêndices e Anexos.
- Bibliografia.
- Apresentação exterior do trabalho científico. Correção do trabalho de pesquisa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina. É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

ANDRADE, Me LAKATOS, E. Técnicas de pesquisa. S. Paulo, 1982

BARROS, Aidil Jesus Paes de, LEHFELD, Neide Aparecida de Sousa Fundamentos de metodologia. Um guia para a iniciação científica. S. Paulo, 1986.

CARMO, Hermano, FERREIRA, Manuel Malheiro -Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem. Lisboa, Universidade Aberta, 1998.

CARVALHO, J. Eduardo - Metodologia do trabalho científico. (*SaberFazer(da investigação para dissertação e tes)*) Lisboa/Portugal, Escolar Editora, 2002.

DESHAIES, Bruno-Metodologia da investigação em ciências humanas. Lisboa, Coleção Epistemologia e Sociedade. Divisão Editorial 1992.

ECO, U. Como se faz uma tese em ciências humanas. Lisboa, Presença, 1984.

LAKATOS, EVA MARIA, et al. Metodologia científica. Atlas Editora, 2ª edição. São Paulo

Pro:F. Dr. a Jaqueline Pinto Martins, Ph.D. Prof. Dr. Gilberto Pinheiro dos Santos, Ph.D Metodologia da pesquisa científica. Trabalho direccionado. Rio de Janeiro. Grupo Palestra Editora, 2003.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van Manual de investigação em ciências sociais. Trajectos. Lisboa, Gradiva Publicações, Lda, 2ª edição, 1998.

SALOMON, D.V. Como fazer uma monografia. Elementos de metodologia do trabalho científico. Belo Horizonte, Interlivros, 1977.

7. RELAÇÕES INTERNACIONAIS I

SUMÁRIO

Origem e evolução das Relações Internacionais como campo de estudo. A ordem internacional: elementos, natureza, paradigmas. Anarquia Internacional. O Equilíbrio de Poder. Guerra e Paz. Os actores das relações internacionais.

OBJECTIVOS

- Apresentar aos alunos os conceitos fundamentais das Relações Internacionais, tornando-o apto a utilizar as categorias integrantes do sistema internacional;
- Introduzir os alunos nos estudos sobre a origem e evolução das Relações Internacionais, no sentido de contribuir para o entendimento de níveis e unidades de análises utilizados nesta área de conhecimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As Relações Internacionais como campo epistemológico.
- Conceito e objecto de estudo;
- Origens e precursores;
- Fontes, métodos e abordagens;
- Natureza: realismo x idealismo.
- O exercício do poder na esfera internacional
- A soberania estatal;
- A anarquia internacional;
- O equilíbrio de Poder
- Os actores da ordem internacional
- O Estado
- O Conceito Moderno de Estado
- O Estado como actor das relações Internacionais

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

CARR, Eward H. Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução às relações internacionais. 2 ed. Brasília: IPRI, 2001. FERNANDES, Antonio Jose. Relações internacionais contemporâneas: do mundo da Europa a Europa do mundo. Itajaí: Univali, 1998.

FONSECA JR., Gelson. A legitimidade e outras questões internacionais. São Paulo. Paz e Terra, 1998. RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. Que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2001.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações internacionais: estudos de introdução. Curitiba: Juruá, 2003.

STRENGER, Irineu. Relações internacionais. São Paulo: LTR, 1998.

8. TÉCNICAS DE EXPRESSÃO I

SUMÁRIO

Noções básicas de gramática e das funções comunicativas da língua portuguesa. Classes de palavras: formas e funções. Produções e redacções de textos. A língua portuguesa como meio de comunicação para o profissional de Relações Internacionais. Funções da linguagem. Variações e normas lingüísticas. A língua padrão. Modalidades da língua. O texto como estrutura. Resumo e resenha. Narração e descrição no texto turístico.

OBJECTIVOS

- Levar o aluno ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento da competência linguística;
- Melhorar o desempenho do aluno na leitura, intervenção e produção de textos;
- Reconhecer a língua portuguesa como um elemento importante de ações sociais e empresariais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Linguagem, língua, norma e fala;
- Comunicação: elementos, problemas e eficácias;
- Linguagem: funções, modalidades, variantes, normas, língua padrão, ortografia, acentuação, pontuação, concordância verbo-nominal, regência verbo nominal, passiva sintética, vocabulário e circunlóquio;
- O discurso de carácter científico;
- Elaboração do pensamento lógico: falhas e acertos;
- Técnicas de expressão oral e escrita;
- Reconhecimento da gramaticalidade das frases: encadeamento e hierarquização e a pontuação como factor de organização textual;
- Coesão e coerência textuais: o texto como estrutura, o resumo, a resenha, a narração e a descrição.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, António. Língua portuguesa noções básicas para cursos superiores. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ANDRADE, Maria Margarida de; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação em língua portuguesa. São Paulo: Atlas, 2001.

CHALHUB, Samira. Funções da linguagem. 11 ed. São Paulo: Ática, 2001.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. Técnica da comunicação humana. São Paulo: Pioneira, 2001.

VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 11. ed.
São Paulo: Martins Fontes, 1998.
Textos de diversos géneros (literatura, jornalísticos, etc.).
Gramática actualizada da Língua Portuguesa.
Dicionário actualizado da Língua Portuguesa.
Artigos e períodos actualizados.

1º ANO
II SEMESTRE
SUMÁRIOS

- 9 Direito II**
- 10 Economia II**
- 11 Ética Profissional**
- 12 Filosofia**
- 13 Inglês II**
- 14 Relações Internacionais II**
- 15 Técnicas de Expressão II**
- 16 Teoria da Comunicação**

9. DIREITO II

SUMÁRIO

Aplicação do Direito. Hermenêutica jurídica Origem e evolução da dogmática jurídica. O problema da ciência jurídica como dogmática hermenêutica. A Teoria da Decisão Judicial. A teoria da Argumentação Jurídica.

OBJECTIVOS

- Possibilitar a capacitação do aluno para a interpretação, argumentação e aplicação do direito, procurando destacar a relevância da atividade hermenêutica frente às incessantes transformações sociais e suas necessidades.
- Qualificar o acadêmico para o manejo crítico e reflexivo da dogmática jurídica, sem perder de vista as rápidas transformações sociais, políticas e econômicas.
- Estimular o desenvolvimento do raciocínio jurídico e a capacidade de articular conceitos e argumentos, para solucionar os desafios da nossa sociedade, de acordo com os princípios da ética e da justiça como valores humanos.
- Transmitir e compreender o caráter interdisciplinar do direito.
- Qualificar o acadêmico para o manejo crítico e reflexivo da dogmática jurídica, sem perder de vista as rápidas transformações sociais, políticas e econômicas.
- Estimular o desenvolvimento do raciocínio jurídico e a capacidade de articular conceitos e argumentos, para solucionar os desafios da Transmitir e compreender o caráter interdisciplinar do direito.
- Desenvolver práticas de manuseio de Legislação, doutrina e jurisprudência, e outras fontes do direito, inclusive informatizadas. Desenvolver práticas de manuseio de Legislação, doutrina e jurisprudência, e outras fontes do direito, inclusive informatizadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Aplicação Jurídica: Subsunção, Interpretação e Hermenêutica;
- Hermenêutica: evolução, escolas, métodos e técnicas;
- Origem e evolução da Dogmática Jurídica;
- O problema da Ciência Jurídica como Dogmática Hermenêutica;
- Função social da hermenêutica;
- A teoria da decisão judicial;
- Teoria da argumentação.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

-
- DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do Direito. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ATIENZA, Manoel. As razões do Direito. 3 ed. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy, 2003,
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ADEODATO, João Maurício. Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DWORKIN, Ronaldo. O império do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- FREITAS, Juarez. A interpretação sistemática do Direito. São Paulo: Malheiros, 1998
- KELSEN, Hans. O que é justiça? São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Tradução: João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LLOYD, Dennis. A idéia de lei. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARMOR, Andrei (org). Direito e interpretação. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VASCONCELOS, Arnaldo. Teoria da norma jurídica. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

10. ECONOMIA II

SUMÁRIO

Introdução a análise económica, com especial referencia ao turismo. O pluralismo metodológico e as diversas teorias económicas. Noções de macroeconomia e microeconomia.

OBJECTIVOS

- Apresentar os conceitos básicos da ciência económica e mostrar aos alunos a importância das ferramentas económicas para avaliar o comportamento social no mundo e especialmente em Angola;
- Fazer com que o aluno compreenda porque a economia não pode analisar-se fora do contexto das outras ciências sociais;
- Discutir junto com os alunos os fatores económicos e as questões chaves da economia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As relações e as variáveis mais importantes da economia;
- O pensamento económico e as diferentes teorias económicas;
- O mercado e a lei da demanda e da oferta;
- A questão da escassez e o conceito de custos de oportunidade;
- Fundamentos de microeconomia;
- O equilíbrio de mercado;
- Conceito de elasticidade e relações com os preços;
- Teoria da Produção;
- Teoria dos custos de Produção;
- Mercado em concorrência perfeita;
- Monopólio e Monopsólio; Oligopólio e Oligopsólio;
- Concorrência monopolista;
- Gráficos sobre demanda, oferta e equilíbrio de mercado;
- Globalização.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, Carlos Roberto Vieira. Historia do pensamento económico: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1995.

FREITAS, Sebastião. Economia Internacional. São Paulo: atlas, 1983.

LOPES VAZQUEZ, José. Comercio exterior brasileiro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MANKIW, N. Gregory. Introdução a economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

Passos, Carlos Roberto & NOGAMI Otto. Princípios de Economia. Pioneira, são Paulo , 1999.
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução a economia. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
SILVA, César Roberto e Milone, Paulo César. Economia e Mercados. São Paulo: Saraiva, 1995.
WESSELS, Walter J. Economia: um modo fácil de dominar os conceitos. São Paulo: Saraiva, 1998.

11. ÉTICA PROFISSIONAL

SUMÁRIO

Nesta disciplina, discutir-se e aprofundar-se-á algumas noções da ética, da política e do mundo organizacional onde são refletidas, tendo em vista a formação e a atuação do agente institucional. Algumas noções básicas que permeiam a constituição de cada uma dessas esferas, tais como: a autonomia, o indivíduo e a propriedade, serão pensadas a partir de alguns filósofos - Leibniz, Kant, Marx -, da teoria crítica da sociedade e da ciência social. A atuação crítica do agente institucional torna-se limitada sem uma formação filosófica e sociológica que o permita compreender mais aprofundada e adequadamente o fenômeno onde se dá seu agir..

OBJECTIVOS

- Discutir-se e aprofundar-se-á algumas noções da ética, da política e do mundo organizacional;
- Aprender noções básicas que permeiam a constituição de cada uma dessas esferas, tais como: a autonomia, o indivíduo e a propriedade

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A Ética : a criação de valores
- As concepções éticas ao longo da história
- As questões morais contemporâneas
- Ética e organizações: paradoxos e confluências
- A tecnocracia e a ética: em detrimento do social
- Dominação e liberdade: dilemas éticos organizacionais.
- A Política : o poder humano
- O pensamento político histórico
- As ideologias e as esferas de dominação
- O poder e sua imânencia nas sociedades humanas
- O mundo político intra-organizacional
- Organizações: poder e dominação

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

- ACton, H.B. The morals of markets. An ethical exploration. Longman, London, 1971.
- Albrecht, W.S. Ethical issues in the practice of accounting. Cincinnati, Oh., South-Western, 1991.
- Bowie, N.E. & Duska, R.F. Business ethics. Englewood Cliffs, N.J. Prentice Hall, 1990.
- French, W.A. & Gramrose, J. Practical Business Ethics. Englewood Cliffs, N.J. Prentice Hall, 1995.
- Juvalta, E. I limiti del razionalismo etico. Turim, Giulio Einaudi, 1945.

- Kitson, A. & Campbell, R. The ethical organisation. Ethical theory and corporate behaviour. London, Macmillan, 1996.
- Pagés, M. at alii. O poder das organizações. São Paulo, Atlas, 1993.
- Srour, R.H. Ética Empresarial. Posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro, Campus, 2000. 6a. Edição
- Poder, Cultura e Ética nas Organizações. Rio de Janeiro, Campus, 1998.
- Velasquez, M.G. Business ethics: concepts and cases. Englewood Cliffs, N.J. Prentice Hall, 1991.
- Warnock, M. Ethics since 1900. Oxford, Oxford University Press, 1978. 3a. Edição.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Aranha, Maria L.A. & Martins, Maria H.P. Temas de filosofia. São Paulo, Moderna, 1992
- Barnard, Chester I. The functions of the executive. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1938.
- Bobbio, Norberto. O mundo da política. Jornal da Tarde, São Paulo, 05.mar.1983, p. 3-5.
- Chauí, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo, Ática, 1994.
- Chiavenato, Idalberto. Teoria geral da administração. São Paulo, Makron, 1993, 2 vols.
- Davidow, William H. & Malone, Michael. A corporação virtual: estruturação e revitalização da corporação para o século XXI. São Paulo, Pioneira, 1993.
- Etzioni, Amitai. Análise comparativa de organizações complexas: sobre o poder, o engajamento, e correlatos. Rio de Janeiro, Zahar, São Paulo, EDUSP, 1974.
- The moral dimension: toward a new economics. New York, The Free Press, 1988.
- Freitag, Bárbara. A teoria crítica: ontem e hoje. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- Max. Economia y sociedad. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1944. 32. História Geral da Economia. In: Tragtenberg Mauricio, org. Textos selecionados/Max Weber. São Paulo, Abril Cultural, 1980. 2a. ed.

12. FILOSOFIA

SUMÁRIO

Conceito, divisão da Filosofia. A Fil. Grega. A lógica formal. O Pensamento Medieval. A Teodícea. A Filosofia Moderna. Introdução à teoria do Conhecimento. Os Humanismos contemporâneos.

OBJECTIVOS

- Propiciar os conhecimentos básicos de Filosofia para a melhor compreensão do Direito.
- Dar uma cultura ética necessário à prática profissional do advogado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

FILOSOFIA

- Conceito e Divisão da Filosofia
- O pensamento filosófico Grego
- Introdução à Lógica Formal
- O Pensamento Filosófico Medieval
- Introdução à Teodicéia
- O Pensamento Filosófico Moderno
- Introdução à Teoria do Conhecimento
- Os Humanismos Contemporâneos

ÉTICA GERAL

- Conceito e Objeto da Ética
- A Axiologia ou Teoria dos Valores
- Doutrinas Éticas Fundamentais
- A Bioética ou Ética da Vida

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LARA, Tiago Adão. A Filosofia nas suas origens Gregas. Petrópolis(RJ): Vozes, 1999.

LARA, Tiago Adão. A Filosofia nos tempos e contratempos da Cristandade Ocidental. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

LARA, Tiago Adão. Caminhos da Razão no Ocidente. Petrópolis(RJ): Vozes, 1986.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ETCHEVERRY, s.j., Augusto. O Conflito Actual dos Humanismos. Porto (Port): Tavares Martins, 1975.

MARITAIN, Jacques. Lógica Menor. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

MONDIN, Battistas. Curso de Filosofia. 3v. São Paulo: Paulinas, 1982.
FRANKENA, William K. Ética. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. São Paulo: Atlas, 2000.

13. INGLÊS II

SUMÁRIO

Análise e interpretação de textos no idioma inglês.

OBJECTIVOS

Ao final do semestre o aluno estará capacitado a entender a idéia geral de textos em inglês na área de Relações Internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Desenvolvimento de estratégias de leitura (skimming, scanning, predição, inferência) e estudo de estruturas básicas da língua inglesa.
- Locução verbal e nominal. Pronomes em termos de referência contextual.
- Adjetivos e advérbios.
- Afixos. Formas – ING.
- Conjunções.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

EVARISTO, S. et all. Inglês Instrumental: Estratégias de leitura. Teresina: Halley S.A Gráfica e Editora, 1996, 172 p.

GRANT, D. & McLARTY, R. Business Basics. Oxford University Press, 1995

Dicionário Oxford Escolar para Estudantes Brasileiros de Inglês: Português/Inglês/Português. Oxford: Oxford University Press, 1999

RICHARDS, J. Interchange Intro. Cambridge. University Press, 1998.

14. RELACIONAIS INTERNACIONAIS II

SUMÁRIO

Estudo das relações internacionais a partir da década de 70: a visão liberal; o debate entre neo-realistas e neo-institucionalistas; as interpretações sobre o fim da Guerra Fria e os debates contemporâneos.

OBJECTIVOS

Sistematizar os principais debates teóricos e discutir suas contribuições para o estudo das relações internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Estudo das Relações Internacionais Contemporâneas.
- Os Debates sobre o Sistema Internacional Pós-Guerra Fria.

A Nova Ordem Internacional:

- Perspectivas Teóricas em Estudo de Caso: A Intervenção da OTAN em Kosovo em 1999.
- Marxismo e Relações Internacionais Contemporâneas.
- O Construtivismo.
- Perspectivas Teóricas em Estudo de Caso: A Invasão do Iraque em 2003.
- Os Pós-Modernos e as Relações Internacionais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

FONSECA JR., Gelson. A Legitimidade e Outras Questões Internacionais. São Paulo, Paz e Terra, 1998; cap. 2: “Aspectos da Teoria das Relações Internacionais: Notas Didáticas”, p. 95-134.

VIOTTI, Paul e KAUPPI, Mark V. International Relations Theory. Nova York, Macmillan, 1993, p. 5-13.

Transnacionalismo e Interdependência na Década de 70.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph (orgs.). Transnational Relations and World Politics. Cambridge, Harvard University Press, 1971; introdução, p. ix-xxix.

HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999; p. 24-29.

Neo-realismo: A Análise Realista da Interdependência.

WALTZ, Kenneth. Theory of International Politics. Reading, Massachusetts, Addison-Wesley, 1979; p. 138-146.

Cooperação e Regimes Internacionais no Debate dos Anos 80.

LAMY, Steven. “Contemporary mainstream approaches: neo-realism and neo-liberalism”. In: Baylis, John e Smith, Steve (orgs.). The Globalization of World Politics. Oxford, OUP, 2001, p. 190-193.

LITTLE, Richard. “ International Regimes”. In: Baylis, John e Smith, Steve (orgs.). The Globalization of World Politics. Oxford, OUP, 2001, p. 306-315.

MELLO, Flavia de Campos. “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”. BIB/ANPOCS, n. 44, 2º semestre de 1997, p. 105-119.

O Fim da Guerra Fria e a Disciplina de RI.

EVANS, Graham e NEWNHAM, Jeffrey. The Penguin Dictionary of International Relations. Londres, Penguin, 1998, p. 75-77.

ZACHER, Mark. “Os pilares em ruína do templo de Vestfália: implicações para a governança e a ordem internacional”. In: Rosenau, James e Czempiel, Ernst-Otto (orgs.). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília, Editora UnB, 2000, p. 83-141.

15. TÉCNICAS DE EXPRESSÃO II

SUMÁRIO

Conceitos e modelos comunicacionais. Regras de comunicação. Escrita académica e orientações para a escrita. A comunicação na literatura (ficção, lírica, texto dramático). A comunicação nos media e no ciberespaço.

OBJECTIVOS

- Identificar e usar adequadamente diferentes estilos e técnicas de expressão e comunicação;
- Escolher o estilo organizacional e argumentativo em função do objectivo comunicativo e da situação de comunicação;
- Ser capaz de interagir adequadamente com tipologias textuais diversificadas no domínio académico e social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos e modelos comunicacionais;
- Regras de comunicação;
- Escrita académica e orientações para a escrita;
- A comunicação na literatura (ficção, lírica, texto dramático);
- A comunicação nos media e no ciberespaço.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina. É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

GOURMELIN, Marie Josèphe, e Jean-François GUEDON (1992), Como redigir um tema de desenvolvimento (trad.), Lisboa, Europa-América.

DELGADO-MARTINS, Maria Raquel, e Hugo Gil Ferreira (2006), Português corrente. Estilos do português no ensino secundário, Lisboa, Caminho.

ESTRELA, Edite, Maria Almira SOARES, e Maria José LEITÃO (2006), Saber escrever uma tese e outros textos, Lisboa, Dom Quixote.

FISKE, John (1990), Introdução ao Estudo da Comunicação (trad.), Lisboa, Edições Asa.

16. TEORIAS DA COMUNICAÇÃO

SUMÁRIO

Estuda os fundamentos epistemológicos para uma teoria da comunicação. as contribuições das diversas disciplinas e abordagens na constituição de uma teoria da comunicação. Aborda os objectivos da comunicação social e as contribuições interdisciplinares para a constituição de uma teoria da comunicação. As diversas correntes teóricas na área, teorias voltadas para a análise de mensagens, inclusive semiologia. Transformações históricas, processos de comunicação e seu inter-relacionamento, com ênfase no período contemporâneo.

OBJECTIVOS

- Contribuir para que o aluno conheça as contribuições das ciências sociais na formação de uma teoria da comunicação;
- Apresentar análises das relações entre comunicação, economia política, ideologia e poder;
- Desenvolver no aluno noções críticas para a análise dos sistemas de comunicação contemporâneos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução a Hipermédia
- As relações entre ciência, tecnologia e cultura
- As relações entre ideologia, comunicação e poder
- Conceitos fundamentais; pesquisa em comunicação; dificuldades para uma 'teoria da mídia'; linguagens verbais e não-verbais
- Meios de comunicação de massa e ideologia: os "aparelhos ideológicos do Estado" A teoria da "Indústria Cultural": cultura e meios de comunicação, comunicação como luta política e económica
- Cultura erudita e cultura de massa
- Meios de comunicação, meios de informação jornalística e cultura: delimitação de campos
- Comunicação: mídia & relações internacionais X capital & democracia
- O que é cibernética

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

ASHDY, w. R. Sao paulo Introdução a cibernética ed. Perspectiva 1984 bennaton, j. São paulo o que é cibernética ed. Brasiliense 1984

BAUDRILLARD, Jean. À Sombra das Maiorias Silenciosas: O Fim do Social e o Surgimento das Massas. S. Paulo, 1985, Brasiliense.

BOUGNOUX, Daniel. Introdução às Ciências da Informação e da comunicação. Petrópolis, Vozes, 1994.

COHN, Gabriel (org.). Comunicação e Indústria Cultural. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

FEATHERSTONE, Mike. "A Globalização da Complexidade: Pós-Modernismo e Cultura de Consumo", in Revista Brasileira de Ciências Sociais, S. Paulo, 1996, ANPOCS, n. 32, Outubro, pp. 105-124.

ORTIZ, Renato. "A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura", Revista Brasileira de Ciências Sociais, S. Paulo, 1986, ANPOCS, n. 01, Junho, pp. 43-65.

ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. 2ª ed., S. Paulo, 1996, Brasiliense.

SANTAELLA, Lúcia. Cultura das Mídias. S. Paulo, 1996, Experimento.

SILVA, C. Eduardo L. (org.). Comunicação, Hegemonia e Contra-Informação. S. Paulo, 1982, Cortez.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna. Petrópolis, Vozes, 1995.

2º ANO
III SEMESTRE
SUMÁRIOS

- 17 Ciência Política**
- 18 Direito Constitucional Angolano**
- 19 Direito Internacional Público I**
- 20 Economia Internacional**
- 21 História das Relações Internacionais I**
- 22 Inglês III**
- 23 História das Ideias Políticas I**
- 24 Teoria das Relações Internacionais I**

17. CIÊNCIA POLÍTICA

SUMÁRIO

As definições de política. A política como ciência política. O campo da política. A política como consenso e como desentendimento. Política e despotismo. Público e privado. Estado e sociedade civil. Partidos políticos, governo, governança e governabilidade. Cidadania, regimes políticos, instituições de governo. A relação entre Estado e economia. Estado e conflitos sociais A política numa perspectiva liberal. A política numa perspectiva histórica. A estrutura política brasileira: uma construção em processo.

OBJECTIVOS

- Proporcionar ao aluno oportunidades de reflexões buscando distinguir os grandes paradoxos da Ciência Política;
- Apresentar ao aluno os eixos pelos quais estrutura-se o campo da política moderna, particularmente os que opõem política e despotismo e política enquanto consenso e desentendimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Os conteúdos gerais e os contornos do campo da política
- A política como campo de consenso
- A política como campo de desentendimento
- A distinção entre política e despotismo
- Os paradoxos fundadores do campo da política
- Conceitos básicos da Ciência Política
- Origem do Estado moderno
- Estado e Sociedade
- Estado e Sociedade Civil
- Instituições Políticas e Sistemas de Governo
- Elites Políticas e Grupos de Pressão/ Interesses
- Público e privado
- Estado e sociedade civil
- Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais
- Partidos políticos, governo, governança e governabilidade
- A estrutura do campo da política numa perspectiva liberal
- A estrutura política brasileira: história e desenho actual
- Democracia e Cidadania
- Evolução das Instituições Políticas na África e suas semelhanças com o restante do mundo

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

- ARENDT, Hannah. O que é política. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- AZAMBUJA, Darcy. Introdução a ciência política. 15. ed. São Paulo: Globo, 2003.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de teoria do estado e ciência política. 6. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2004.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de (Org.): PAOLI, Maria Célia (Org.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes. 2000

18. DIREITO CONSTITUCIONAL ANGOLANO

SUMÁRIO

Teoria e doutrina. Direito Constitucional e ciências fins. Direito Constitucional como direitopolítico. Direito Constitucional como direito publico. Direito Constitucional Comparado. Analise comparada Europeia (Alemanha, Franca, Britânica e Portugal). Analise comparada Americana. Analise comparada nos Países Mricanos de Língua Portuguesa-PALOP's. Características das normas Constitucionais. Direito Constitucional. Conceito e origem de Constituição. A Constituição em sentido material e em sentido formal. Classificação das constituições. Aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. Preambulo constitucional. Fundamentos da Republica de Angola. Objectivos fundamentais da Republica de Angola. Princípios. de regência das relações internacionais da Republica de Angola. Poder constituinte e processo constituinte. Conceito e finalidade. Titularidade do poder constituinte. Espécies .de poder constituinte. Poder constituinte originário. Poder constituinte derivado.

OBJECTIVOS

- Alcançar o horizonte constitucional futurista.
- Utilizar o normativismo constitucional como elemento de defesa e protecção da diaspóra angolana. Possuir a visão histórica das relações diplomaticas a partir de uma constituição dinâmica e actuante.
- Definir o balizamento das teorias constitucionais face a hegemonização mundial.
- Desafiar a compreensão e possibilidades de permeabilizacao do constitucionalismo ocidental Neo-liberal em África.
- Entender cientifica e metodologicamente a formalidade e material idade das constituições modernas.
- Fundamentar a questão nacional e de emigração.
- Analisar o papel sócio-político da constituição angolana como factor de desenvolvimento democrático.
- Analisar a possibilidade de criação de uma constituição autentico africano a margem do desenvolvimento central.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Definição e objecto do Direito Constitucional.

Introdução.

- Teoria e doutrina.
- Direito Constitucional e ciências fins.
- Direito Constitucional como direitopolítico.
- Direito Constitucional como direito publico.
- Direito Constitucional Comparado.
- Analise comparada Europeia (Alemanha, Franca, Britânica e Portugal)
- Analise comparada Americana.
- Analise comparada nos Países Mricanos de Língua Portuguesa-PALOP's
- Características das normas Constitucionais.
- Direito Constitucional.
- Conceito e origem de Constituição.
- A Constituição em sentido material e em sentido formal.
- Classificação das constituições.
- Aplicabilidade das normas constitucionais.
- Interpretação das normas constitucionais.
- Preambulo constitucional.

- Fundamentos da Republica de Angola.
- Objectivos fundamentais da Republica de Angola.
- Princípios. de regência das relações internacionais da Republica de Angola.
- Poder constituinte e processo constituinte.
- Conceito e finalidade.
- Titularidade do poder constituinte.
- Espécies .de poder constituinte.
- Poder constituinte originário.
- Poder constituinte derivado.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRÁFIAS

António José Fernandes: Introdução à ciência política, teorias e métodos e temáticas. Porto Editora, 1995.

António Marques Bessa e Jaime Nogueira Pinto: Introdução à ciência Política, O poder na História vol.I editora verbo 1995.

António Marques Bessa e Jaime Nogueira pinto: Introdução a Ciência Política, O estado e a classe Política, voUI Editora verbo 2001.

Contributo para a sua Compreensão. Principia publicações Universitárias e científicas S. João do Estoril - Cascais. 1 edição - outubro 2001.

Fernando Loureiro bastos: Ciência Política: Guia de Estudos. Coleção manuais II, Universidade Eduardo Mondlane. Moçambique1999.

Francisco Lucas Pires: Intraodução a Ciência Política. Manuais, Porto 1998.

Joege Miranda: Ciência Política. Formas de Governo. Lisboa 1996.

José Adelino Maltez: Sobre a Ciência Plítica. Agosto 1993.

Oscar Soares Barata: Introdução as Ciências Sócias. 5º edição 2<>Volume Betrand editora Venda Nova 1998.

ARAÚJO, Luiz Alberto David, JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes. Curso de Direito Constitucional. São Paulo : Saraiva, 1998.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Processo Constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

BONAVIDES. Curso de Direito Constitucional. 7.ed., 2. tiragem revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 1999.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 10.ed. vol. 1 de A a K. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. 674p.

19. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I

SUMÁRIO

Direito internacional público contemporâneo. Sujeitos. Fontes. Responsabilidade internacional. Solução pacífica de conflitos. Sistema colectivo de segurança. Guerra. Direito internacional e direito interno. Direito Internacional dos Espaços.

OBJECTIVOS

- Analisar junto com os alunos a formação e a manifestação do fenómeno jurídico no âmbito internacional, relacionando com as principais mudanças ocorridas no sistema internacional na modernidade;
- Compreender a dinâmica de funcionamento da ordem jurídica internacional através do estudo dos actores envolvidos e do processo de produção e aplicação das normas jurídicas internacionais;
- Reflectir com os alunos o impacto da normativização das relações internacionais sobre as pessoas, Estados e espaços.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Desenvolvimento histórico do Direito Internacional Público
- Estado: elementos constitutivos; classificação, reconhecimento, extinção, sucessão, direito a autodeterminação, dever da não intervenção, delimitação territorial, população e nacionalidade, órgãos das relações entre Estados
- Organizações internacionais
- Indivíduos como titulares de direitos e obrigações
- Fontes
- Os tratados
- Os costumes
- Os princípios gerais do direito
- As fontes acessórias: doutrina, jurisprudência e equidade
- As fontes controversas: decisões das organizações internacionais e actos unilaterais
- Direito Internacional dos Espaços
- Espaços nacionais
- Espaços Internacionais.
- Responsabilidade internacional dos Estados
- Jurisdição
- Solução pacífica dos conflitos internacionais: meios diplomáticos, meios políticos e meios jurisdicionais
- Guerra
- Sistema colectivo de segurança
- A relação entre o Direito internacional e direito interno

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

ACCIOLY, Hidelbrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. Manual de direito internacional público. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

KELSEN, Hans; CAMPAGNOLO, Umberto. Direito Internacional e Estado Soberano. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direito constitucional internacional: uma introdução: constituição de 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PIOVESAN, F. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 5. ed. São Paulo: M. Limonad, 2002.

PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público e Privado: introdução ao estudo do direito e noções de ética profissional. 24ª ed. São Paulo: Atlas. 2004.

REZEK, Jose Francisco. Direito internacional publico: curso elementar. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva, VENTURA, Deisy. Introdução ao direito internacional público. 2. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SOARES, Guido Fernando Silva. Curso de Direito Internacional Público. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2004.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. O direito internacional em um mundo de transformação. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

20. ECONOMIA INTERNACIONAL

SUMÁRIO

A dinâmica da economia política internacional Os fundamentos básicos da teoria do comércio internacional e da economia política do comércio. Comércio internacional como um método indirecto de produção. Comércio internacional e Distribuição de renda. Imobilidade de factores. Argumentos em defesa das indústrias domésticas. Instrumentos de política comercial: tarifas, subsídios, cotas. Experiências de políticas de protecção. Contas nacionais; balanço de pagamentos; taxa de câmbio; fluxos internacionais de capitais. Sistema monetário internacional e sistema de comércio internacional: do padrão-ouro a Bretton Woods; a institucionalidade criada em Bretton Woods; o FMI, o Banco Mundial e o GATT; protecção e liberalização comercial. As empresas multinacionais. A questão da dependência e o desenvolvimento económico. As instituições económicas internacionais na actualidade.

OBJECTIVOS

- Apresentar aos alunos os fundamentos básicos da Economia, procurando aprofundar os conceitos trabalhados nas disciplinas já trabalhadas que têm relação íntima com esta disciplina;
- Aprofundar com os alunos os conceitos de política internacional, teoria do comércio internacional e política comercial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A dinâmica da economia política internacional: as transformações estruturais;
- O desenvolvimento económico e a dependência
- As contas nacionais
- O sistema monetário internacional
- O sistema de Bretton Woods
- A liberalização da economia mundial
- As políticas proteccionistas
- Teoria do Comércio Internacional
- Vantagens Comparativas: Modelo Ricardiano
- Modelo com Factores Específicos
- Modelo de Heckscher-Ohlin
- Modelo Padrão de Comércio
- Economias de Escala, Concorrência Imperfeita e o Comércio Internacional
- Política Comercial:
- Instrumentos de Política Comercial
- Economia Política do Protecçãoismo
- Acordos Internacionais de Comércio
- Política Comercial em Países em Desenvolvimento
- Políticas Comerciais Estratégicas
- A ordem económica internacional contemporânea

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

KENEN, Peter B. Economia internacional: teoria e política. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARVALHO, Maria A. ; SILVA, César R. Leite de. Economia internacional. São Paulo: Saraiva, 2000.

KRUGMAN, Paul R. ; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional: teoria e política. 4. ed. São Paulo: Makron, 1999.

GONÇALVES, R. et al. Nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

21. HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I

SUMÁRIO

Teoria e metodologia da História. Especificidade dos estudos das relações internacionais. História diplomática, história da política exterior, história das relações internacionais. O projecto de pesquisa em história das relações internacionais.

OBJECTIVOS

- Introduzir o aluno nos conhecimentos básicos de Historiografia;
- Apresentar ao aluno as origens dos estudos de relações internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O que é Historiografia e suas principais correntes teóricas
- Origens dos estudos de relações internacionais no campo historiográfico.
- Interfaces com outros campos de estudo e influências das correntes historiográficas.
- As três abordagens metodológicas: História diplomática, História da política exterior e História das relações internacionais
- As escolas historiográficas das relações internacionais: francesa, britânica, suíça, italiana, norte-americana, argentino-brasileira.
- Conformação da sociedade civil e as relações internacionais na modernidade a partir do século XVII. Diversidade na formação dos princípios de soberania nacional: a consolidação dos Estados europeus do século XVII o XIX.
- A expansão das fronteiras e a emergência dos tratados como expressão de relações internacionais antagónicas: as guerras do século XVIII, a Inglaterra e a ordem Napoleónica.
- O Congresso de Viena e o Concerto Europeu.
- A ascensão da Inglaterra como grande potência.
- As revoluções de 1848 e a Comuna de Paris.
- A unificação da Alemanha. O imperialismo e a I Guerra Mundial.
- As revoluções russa e alemã.
- O Tratado de Versalhes e a Liga das Nações.
- Weimar e o Nazi-fascismo. Ciência e sua evolução.
- Relação entre a metodologia, o método e a ciência.
- O conhecimento e sua tipologia.
- O conhecimento científico.
- A interacção dos conhecimentos.
- A produção científica.
- O problema científico.
- Definição do problema científico.
- Funções do problema científico.
- Características do problema científico
- Objectivos da Metodologia de Investigação Científica enquanto Disciplina.
- Importância da Investigação Científica no campo das Relações Internacionais.
- Objecto de estudo das Relações Internacionais.
- A II Guerra Mundial e a Guerra Fria.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tudo Império Perecerá. Teoria das Relações Internacionais*. Brasília:

EdUnB, 2000. SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização (1815 a nossos dias)*. Brasília, Paralelo Quinze, 1997.

GIRAULT, René. *Histoire des relations internationales* (Coleção em 4 volumes).

RENOUVIN, Pierre (org.) *Histoire des relations internationales*. Paris, Hachette, 8 vol. (Reedição em 3 v. em 1993).

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*. Paris, Dalloz, 1993.

RENOUVIN, P. & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

22. INGLÊS III

SUMÁRIO

Present perfect + ever, never, yet and just. Questions patterns. American Vs British English Past Tenses. Quantity (much – many). Dialogues - Inside The Plane.

OBJECTIVOS

- Desenvolver a expressão oral, através de diálogos, audições, textos e debates baseados em situações reais dum profissional de turismo, além de textos de carácter turístico, propaganda turística, pacotes turísticos etc.
- Aperfeiçoar o seu conhecimento das estruturas da língua, incorporando outras estruturas gramaticais de nível mais complexo, e trabalhando as quatro habilidades de língua. “Listening, Speaking, Reading, and Writing” como um todo.
- Atingir o nível pre-intermediário do ensino da língua inglesa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Present perfect + ever, never, yet and just
- Questions patterns
- American Vs British English
- Past Tenses
- Quantity (much – many)
- Dialogues - Inside The Plane-

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

Liz and John Soars. (2003). Elementary, New Headway English Course. Oxford University Press.

Liz and John Soars. (2003). Pre-Intermediate, New Headway English Course. Oxford University Press.

Liz and John Soars. (2003). Intermediate, New Headway English Course. Oxford University Press.

Liz and John Soars. (2003). Upper-Intermediate, New Headway English Course. Oxford University Press.

Webster Dictionary.

Azar, Betty. (1999). Understanding and Using English Grammar. Pearson Education. NY. USA.

Yule, G. ‘Oxford Practice Grammar’ (Intermediate and Advance)

Bourke, K. ‘Business Grammar (Intermediate)

Bourke, K. ‘Verbs and Tenses’ (Intermediate)

Hollett, V. ‘Teach Talk’ (Elementary and Pre-Intermediate)

‘Oxford Essential Dictionary’ (elementary and Pre-intermediate)

23. HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS I

SUMÁRIO

A formação dos princípios de soberania nacional: a consolidação dos Estados europeus do século XVII o XIX. A modificação das fronteiras e o Direito Internacional: as guerras do século XVIII, a Inglaterra e a ordem Napoleônica. O concerto europeu. Nacionalismo, democracia e liberalismo. As revoluções de 1848 e a Comuna de Paris. Os impérios coloniais. A unificação alemã. Os antecedentes da I Guerra Mundial. As revoluções russa e alemã. O período do entre guerras. O Tratado de Versalhes e a Liga das Nações. Weimar e o Nazi-fascismo. A crise de 29. Os antecedentes da II Guerra Mundial. A criação da ONU. O sistema de Bretton Woods. A Guerra Fria. A “Segunda Guerra Fria”. O fim do bloco comunista. Os anos 90.

OBJECTIVOS

- Fazer uma breve análise das relações internacionais na Europa do século XVII ao XIX, apontando suas principais consequências para o entendimento moderno das relações internacionais no mundo;
- Contribuir para que o aluno construa uma perspectiva analítica da evolução das relações internacionais, a partir da influência do Mundo Europeu, do século XIX aos dias actuais;
- Fornecer ao aluno as ferramentas conceituais para a compreensão da evolução mais recente da política internacional, incluindo a importância da África neste processo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As consequências da Revolução Francesa
- O Congresso de Viena e a Santa Aliança
- Nacionalismo, democracia e liberalismo no século XIX
- A ascensão dos Estados Unidos
- A Unificação da Itália e da Alemanha
- Expansão Imperialista do séc XIX – O “*Novo Imperialismo*”
- A Europa de Bismarck
- O império alemão como factor desestabilizador
- A questão balcânica
- A I Guerra Mundial e o fim da “*belle époque*”
- O Tratado de Versalhes e a ordem internacional do entre-guerras
- A Liga das Nações
- A Revolução Russa
- Nazismo e Fascismo
- O “crash” da Bolsa de Nova York
- A política de apaziguamento
- A II Guerra Mundial
- As conferências de Teerã, Ialta e Postdam
- A criação da ONU
- O sistema de Bretton Woods
- O Plano Marshall
- A Guerra Fria
- O processo de descolonização
- A crise económica dos anos 70
- O recrudescimento da Guerra Fria no governo Reagan
- A derrocada da União Soviética
- A ordem internacional no pós-Guerra Fria

- A África neste processo

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

FERRO, Marc. História das colonizações: das conquistas às independências, século XII – XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX, 1914 – 1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.). Relações internacionais: dois séculos de história. Brasília: IBRI, 2001. v.1.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.). Relações internacionais: dois séculos de história. Brasília: IBRI, 2001. v.2.

24. TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I

SUMÁRIO

Estudo dos principais autores e correntes do pensamento das relações internacionais e seus paradigmas: realismo, idealismo, marxismo, a teoria do imperialismo e seus críticos; a visão liberal; o debate entre neo-realistas e neoinstitucionalistas; as interpretações sobre o fim da Guerra Fria e os debates contemporâneos.

OBJECTIVOS

- Oferecer uma visão geral sobre a construção do campo de estudos das Relações Internacionais;
- Aprofundar os conhecimentos de teoria das Relações Internacionais a partir de suas principais correntes e autores;
- Consolidar o conhecimento dos conceitos fundamentais das Relações Internacionais: Estado, Poder, Conflito, Cooperação, Integração, a partir de seu tratamento nas diferentes correntes teóricas estudadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O conceito de Relações Internacionais
- Sistema internacional e ordem mundial
- Quem são os protagonistas das relações internacionais?
- O realismo político de Maquiavel e Hobbes
- Maquiavel e a razão de Estado
- Thomas Hobbes e a teoria do Estado de Natureza
- O internacionalismo de Hugo Grotius
- O universalismo de Immanuel Kant
- Marx, Engels e suas interpretações do sistema internacional da Convenção de Viena
- Leopold von Ranke: culturas e estados nacionais no “Concerto das Nações”
- Especialização e fragmentação do conhecimento académico (secs. XIX/XX)
- A ciência política e o estudo das causas das guerras
- As Relações Internacionais e as possibilidades da paz
- Aron e Morgenthau: A escola realista e o mundo da guerra fria
- Geopolítica e Relações Internacionais
- O contratualismo liberal e o tema da cooperação
- A teoria da dependência: o sistema internacional visto da periferia
- Imperialismo, “Revolução Permanente” e “Teoria dos Três Mundos”: As esquerdas pensam as relações internacionais
- A “Nova Ordem Mundial”: de Bush e os novos paradigmas de conflito
- Francis Fukuyama: o curto verão da teoria do “fim da história” Robert Kurz e o “colapso da modernização”: Vencedores e perdedores no sistema global
- Samuel Huntington: muticulturalismo, conservadorismo e “choque de civilizações”
- O mundo globalizado: a construção da unipolaridade estratégico-militar, poliarquia económica e exclusão estrutural
- As teorizações neogramscianas sobre a sociedade civil internacional e o sistema mundial de poder

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Tradução Sergio Bath. Brasília: IPRI, 2002.

BRAILLARD, Philippe. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Todo império perecerá: teoria das relações internacionais. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

KRASNER, Stephen D. (Ed.). International regimes. London: Cornell Univ., 1995.

MOREIRA, Adriano. Teoria das relações internacionais. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

MIYAMATO, Shiguenoli; OLIVEIRA, Odete Maria de; SANTOS JR, Raimundo. Paradigmas das Relações Internacionais. Ijuí: Unijui. 2000

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho. As relações internacionais: teorias e agendas. Brasília: IBRI, 2002.

2º ANO
IV SEMESTRE
SUMÁRIOS

- 25 Direito Internacional Público II**
- 26 Geografia Política e Económica**
- 27 História das Ideias Políticas II**
- 28 História das Relações Internacionais II**
- 29 História de Angola**
- 30 Inglês IV**
- 31 Direito Administrativo**
- 32 Teoria das Relações Internacionais II**

25. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO II

SUMÁRIO

Noção de Direito Internancional Publico. Fundamento e natureza do dip. Os interesses do dip. Relação entre o dip e disciplinas jurídicas afins. Direito de conflitos. Parte especial. Direito de reconhecimento.

OBJECTIVOS

- Proporcionar conhecimentos aos estudantes sobre os interesses que o Direito Internancional Publico visa acautelar;
- Proporcionar conhecimentos aos estudantes sobre as formas de determinação e escolha da(s) lei(s) aplicável(s) às situações jurídicas internacionais privadas;
- Proporcionar conhecimentos aos estudantes sobre as regras de tratamento dos estrangeiros;
- Explicar a forma de reconhecimento em Angola, dos actos públicos estrangeiros sobre o direito privado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NOÇÃO DE DIREITO INTERNANCIONAL PÚBLICO

- Limites à eficácia da lei no espaço e objecto do Direito Internancional Publico
- Os vários modos de regulação das relações privadas i nternacion a is
- A função, conceito e denominação do Direito Internancional Publico
- O âmbito do Direito Internancional Publico

FUNDAMENTO E NATUREZA DO DIREITO INTERNANCIONAL PUBLICO

- Fundamento nacional ou internacional do Direito Internancional Público
- Natureza do Direito Internancional Publico

OS INTERESSES DO DIREITO INTERNANCIONAL PUBLICO

- Interesses que o Direito Internancional Publico procura servir

RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNANCIONAL PUBLICO E DISCIPLINAS JURÍDICAS AFINS

DIREITO DE CONFLITOS

- O blecto função e estrutura da norma de conflitos
- Do elemento de conexão
- O conceito quadro
- Remissão para ordenamentos jurídicos complexos
- Devolução ou reenvio
- Ordem pública internacional
- Fraude à lei
- Qualificação
- A aplicação do Direito Estrangeiro.

PARTE ESPECIAL

- As pessoas singulares
- As pessoas colectivas
- Princípios gerais de direito dos estrangeiros
- A nacionalidade
- O negócio jurídico. A representação. A prescrição e a caducidade
- As obrigações
- Os direitos reais
- As relações de família
- As sucessões

DIREITO DE RECONHECIMENTO

- Aspectos gerais e conhecimento de decisões judiciais estrangeiras

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

MACHADO, João Baptista - Lições de Direito Internacional Privado, 3.^a edição actualizada (reimpressão), Almedina, Coimbra, 1999

CORREIA, A. Ferrer - Lições de Direito Internacional Privado - 1973

RAMOS, R. Moura - Direito Internacional Privado e Constituição, 3.^a Reimpressão, Coimbra Editora 1994

COLLAÇO, I. de Magalhães - Direito Internacional Privado, vol. I, AAFDL, Lisboa, 1966

SANTOS, António Marques dos - Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional, Almedina, Coimbra, 1998.

PINHEIRO, Luís de Lima - Direito Internacional Privado, vol. I: Introdução e Direito de Conflitos. Parte Geral, Almedina, Coimbra, 2001 (reimpressão 2003)

PINHEIRO, Luís de Lima - Direito Internacional Privado, vol. II: Direito de Conflitos - Parte Especial, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2002

PINHEIRO, Luís de Lima - Direito Internacional Privado, vol. III: Competência Internacional e Reconhecimento de Decisões Estrangeiras, Almedina, Coimbra, 2002.

RAMOS, R. Moura - Dos Direitos Adquiridos em DIP - Coimbra

26. GEOGRAFIA POLÍTICA E ECONÓMICA

SUMÁRIO

Estuda a economia no espaço geográfico. a mão-de-obra na actividade económica. Apresenta a produção de energia. Comércio e mercado. Sistemas de circulação. Aborda a renovação da geografia, através das relações entre a Geografia e a Economia. A Geografia da energia e da indústria; elementos do sistema e problemas. As funções económicas e seu impacto na geografia urbana e na geografia rural.

OBJECTIVOS

- Introduzir o aluno na temática do espaço humanizado (social), problematizando questões ligadas à economia;
- Contribuir para que o aluno reconheça a importância da mão-de-obra na actividade económica;
- Identificar junto com os alunos as fontes, formas e factores de produção em Angola e no mundo;
- Discutir com os alunos os mecanismos do comércio e dos seus sistemas de circulação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução ao pensamento económico
- O pensamento clássico e a economia espacial A valorização capitalista do espaço
- Divisão do trabalho, formação social e a questão espacial
- a produção do espaço
- A produção dos espaços urbanos e rural
- Características dos dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos
- O processo de industrialização e a questão da localização das indústrias.
- Terciarização, urbanização a planeamento
- Comércio internacional e localização
- O papel das decisões na organização do espaço
- O estado e o espaço - posição do problema
- A asfixia dos espaços comandados
- O desenvolvimento regional
- A economia institucional
- A corrente neoliberal e o Consenso de Washington
- A questão do Iraque e a formação do império
- Termos correntes nas discussões sobre economia: spread, taxa de juro, dívida interna x dívida externa, currency board, política monetária etc.
- A união monetária na Europa
- A questão asiática e a crise do Japão
- A pobreza no contexto africano; asiático e americano
- O papel das grandes corporações

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Económica. 12ª ed. São Paulo : Atlas, 1998.

BAYLISS- SMITH, Tim & OWENS, Susan - “O desafio ambiental” In Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social. GREGORY, Deal et alli (orgs.). trad. Mylan Isaack; revisão técnica, Pedro P. Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds. 1996.

BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain - As regiões ganhadoras. Oeiras (Portugal): Ed. Celta, 1994

COELHO, M. A . Geografia Geral. São Paulo : Ática, 1990

DREIFUSS, Renée - A era da perplexidade, 2ª edição. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1996.

IANNI, Octavio - Estado e capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LESSA, Carlos - A estratégia do desenvolvimento - sonho e fracasso. Brasília: FUNCEP, 1988.

MORAES, Antonio c. Robert de s. P. Geografia, pequena historia critica ed. Hucitec 1983.

ROSSETI, José Paschoal - Introdução à Economia, 15ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.

SANTOS, Milton s. P. Espaço e Sociedade ed. Hucitec 1978.

27. HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS II

SUMÁRIO

A formação dos princípios de soberania nacional: a consolidação dos Estados europeus do século XVII o XIX. A modificação das fronteiras e o Direito Internacional: as guerras do século XVIII, a Inglaterra e a ordem Napoleônica. O concerto europeu. Nacionalismo, democracia e liberalismo. As revoluções de 1848 e a Comuna de Paris. Os impérios coloniais. A unificação alemã. Os antecedentes da I Guerra Mundial. As revoluções russa e alemã. O período do entre guerras. O Tratado de Versalhes e a Liga das Nações. Weimar e o Nazi-fascismo. A crise de 29. Os antecedentes da II Guerra Mundial. A criação da ONU. O sistema de Bretton Woods. A Guerra Fria. A “Segunda Guerra Fria”. O fim do bloco comunista. Os anos 90.

OBJECTIVOS

- Fazer uma breve análise das relações internacionais na Europa do século XVII ao XIX, apontando suas principais consequências para o entendimento moderno das relações internacionais no mundo;
- Contribuir para que o aluno construa uma perspectiva analítica da evolução das relações internacionais, a partir da influência do Mundo Europeu, do século XIX aos dias actuais;
- Fornecer ao aluno as ferramentas conceituais para a compreensão da evolução mais recente da política internacional, incluindo a importância da África neste processo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As consequências da Revolução Francesa
- O Congresso de Viena e a Santa Aliança
- Nacionalismo, democracia e liberalismo no século XIX
- A ascensão dos Estados Unidos
- A Unificação da Itália e da Alemanha
- Expansão Imperialista do séc XIX – O “*Novo Imperialismo*”
- A Europa de Bismarck
- O império alemão como factor desestabilizador
- A questão balcânica
- A I Guerra Mundial e o fim da “*belle époque*”
- O Tratado de Versalhes e a ordem internacional do entre-guerras
- A Liga das Nações
- A Revolução Russa
- Nazismo e Fascismo
- O “crash” da Bolsa de Nova York
- A política de apaziguamento
- A II Guerra Mundial
- As conferências de Teerã, Ialta e Postdam
- A criação da ONU
- O sistema de Bretton Woods
- O Plano Marshall
- A Guerra Fria
- O processo de descolonização
- A crise económica dos anos 70
- O recrudescimento da Guerra Fria no governo Reagan
- A derrocada da União Soviética
- A ordem internacional no pós-Guerra Fria

- A África neste processo

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

FERRO, Marc. História das colonizações: das conquistas às independências, século XII – XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX, 1914 – 1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.). Relações internacionais: dois séculos de história. Brasília: IBRI, 2001. v.1.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.). Relações internacionais: dois séculos de história. Brasília: IBRI, 2001. v.2.

28. HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II

SUMÁRIO

Origem e evolução das Relações Internacionais como campo de estudo. A ordem Internacional: elementos, natureza, paradigmas. Anarquia Internacional. O Equilíbrio de Poder. Guerra e Paz. Os actores das relações internacionais.

OBJECTIVOS

- Apresentar aos alunos os conceitos fundamentais das Relações Internacionais, tornando-o apto a utilizar as categorias integrantes do sistema internacional;
- Introduzir os alunos nos estudos sobre a origem e evolução das Relações Internacionais, no sentido de contribuir para o entendimento de níveis e unidades de análise utilizados nesta área de conhecimento.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

- As Relações Internacionais como campo epistemológico
- Conceito e objecto de estudo;
- Origens e precursores
- Fontes, métodos e abordagens
- Natureza: realismo x idealismo
- O exercício do poder na esfera internacional
- A soberania estatal
- A anarquia internacional
- O equilíbrio de Poder
- Os actores da ordem internacional
- O Estado
- O Conceito Moderno de Estado
- O Estado como actor das relações Internacionais

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações internacionais: estudos de introdução. Curitiba: Juruá, 2003.

CARR, Eward H. Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução às relações internacionais. 2 ed. Brasília: IPRI, 2001.

FERNANDES, Antonio Jose. Relações internacionais contemporâneas: do mundo da Europa a Europa do mundo. Itajaí: Univali, 1998.

FONSECA JR., Gelson. A legitimidade e outras questões internacionais. São Paulo. Paz e Terra, 1998.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. Que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2001.

STRENGER, Irineu. Relações internacionais. São Paulo: LTR, 1998.

29. HISTÓRIA DE ANGOLA

SUMÁRIO

Angola e suas potencialidades sócio-económicas. Produtos e Serviços em Angola: Importação e Exportação. O turismo e o meio ambiente em Angola. Possíveis origens de conflitos entre Angola e outros países Africanos e de outros continentes. História das Negociações diplomáticas em Angola. Negociações comerciais. Negociações referentes às relações de trabalho e seus reflexos. A negociação na formação do profissional de relações internacionais.

OBJECTIVOS

- Aprofundar o desenvolvimento de base teórica para que, na prática, os alunos possam desenvolver suas habilidades negociais em Angola sintonizados com o contexto político e económico do mundo contemporâneo;
- Dar continuidade ao entendimento por parte dos alunos na prática da negociação como instrumento essencial à actuação na área de relações internacionais;
- Oferecer subsídios aos alunos para que possam actuar no âmbito da diplomacia, bem como das relações de trabalho e comerciais tanto na África, especialmente nos PALOP, quanto no plano internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Angola na conjuntura internacional contemporânea.
- A história e o nível da negociação em Angola
- Desenvolvimentos das habilidades negociais a partir da realidade local
- A realidade na África e suas implicações no mercado Angolano
- Necessidades de negociações diplomáticas a partir de Angola
- Estudos de caso: Angola e suas peculiaridades das negociações com outros países

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

ACUFF, Frank L. Como negociar qualquer coisa com qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo. São Paulo: SENAC, 1998.

ANGOLA. Leis, decretos, etc – Lei Constitucional da República de Angola, Luanda, [s.n.], 1999

ANGOLA. Tribunal Supremo – Acórdãos do Tribunal Supremo (Ano de 1990). Luanda, Tribunal Supremo, 1996;

ALARCÃO, Rui – Direito das Obrigações, Luanda, Ler & Escrever, 1999;

HINDLE, Tim. Como conduzir negociações. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

MELLO, José Carlos Martins F. de. Negociação baseada em estratégia. São Paulo: Atlas. 2003.

FEIJÓ, Carlos - Problemas actuais do Direito Público Angolano: Contributos para a sua compreensão, Cascais, Principia, 2001

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Luanda – Relatório do Desenvolvimento Humano: Angola 1998, Luanda, PNUD, 1999.

WANDERLEY, José Augusto. Negociação total: encontrando soluções, vencendo resistências, obtendo resultados. 4. ed. São Paulo: Gente, 1998.

30. INGLÊS IV

SUMÁRIO

Articles. Verb Patterns Future Intentions. Hot Verbs. Present Perfect Vs Past Perfect. False cognates. Tense revision. Dialogues – Renting a Car.

OBJECTIVOS

- Desenvolver a expressão oral, através de diálogos, audições, textos e debates baseados em situações reais dum profissional de turismo, além de textos de carácter turístico, propaganda turística, pacotes turísticos etc.
- Aperfeiçoar o seu conhecimento das estruturas da língua, incorporando outras estruturas gramaticais de nível mais complexo, e trabalhando as quatro habilidades de língua. “Listening, Speaking, Reading, and Writing” Como um todo.
- Atingir o nível pré-intermediário do ensino da língua inglesa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Articles;
- Verb Patterns;
- Future Intentions;
- Hot Verbs;
- Present Perfect Vs Past Perfect;
- False cognates ;
- Tense revision ;
- Dialogues – Renting a Car.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

- Liz and John Soars. (2003). Elementary, New Headway English Course. Oxford University Press.
Liz and John Soars. (2003). Pre-Intermediate, New Headway English Course. Oxford University Press.
Liz and John Soars. (2003). Intermediate, New Headway English Course. Oxford University Press.
Liz and John Soars. (2003). Upper-Intermediate, New Headway English Course. Oxford University Press.
Webster Dictionary.
Azar, Betty. (1999). Understanding and Using English Grammar. Pearson Education. NY. USA.
Yule, G. ‘Oxford Practice Grammar’ (Intermediate and Advance)
Bourke, K. ‘Business Grammar (Intermediate)
Bourke, K. ‘Verbs and Tenses’ (Intermediate)
Hollett, V. ‘Teach Talk’ (Elementary and Pre-Intermediate)
‘Oxford Essential Dictionary’ (elementary and Pre-intermediate

31. DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

Estado, Modernidade e Administração Pública. Os modelos patrimonialista, burocrático-racional e gerencial: uma leitura crítica dos novos paradigmas organizacionais da administração pública. Princípios da Administração Pública e do Direito Administrativo. Atos administrativos: conceito, características, classificação, requisitos, vinculação e discricionariedade, validade, atos nulos e anuláveis, revogação. Processo e procedimento administrativo. Poder de polícia, direitos fundamentais e proporcionalidade. Poder regulamentar. Controle da Administração Pública. Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado.

OBJECTIVOS

- Obter uma visão científica sobre o Direito Administrativo.
- A partir do fornecimento de elementos básicos sobre o entendimento e a aplicação de seus institutos.
- Analisar conceitos e estruturas do sistema administrativo.
- Discriminar as principais características dos atos administrativos
- Identificar os princípios fundamentais da Administração Pública e do Direito Administrativo, e compreender a sua importância.
- Demonstrar a devida compreensão acerca do processo e procedimento Administrativo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Primeiras noções

Formação do Direito Administrativo

Conceito de Direito Administrativo

Fontes do Direito Administrativo

Sistemas administrativos: o contencioso administrativo e o sistema judiciário

O Direito Administrativo em Angola e o sistema administrativo Angolano.

Organização do Estado e da Administração

Conceito de Administração Pública

A atividade administrativa

Princípios Básicos da Administração:

- Legalidade
- Interesse público ou supremacia do interesse público
- Impessoalidade ou finalidade
- Presunção de legitimidade
- Especialidade
- Controle ou tutela
- Autotutela
- Hierarquia
- Continuidade do serviço público
- Publicidade
- Moralidade administrativa
- Razoabilidade e proporcionalidade
- Motivação

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2005

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito administrativo. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2005.

CRETELLA JÚNIOR, José. Controle jurisdicional do ato administrativo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2005

FREITAS, Juarez. Estudos de Direito administrativo. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

FRIEDE, Reis. Mil perguntas de Direito administrativo. Rio de Janeiro: FU, 2005

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2005

NÓBREGA, Marcos. Curso de Direito administrativo. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005

32. TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II

SUMÁRIO

Estudo das teorias das relações internacionais a partir da década de 70: a visão liberal; o debate entre neo-realistas e neo-institucionalistas; as interpretações sobre o fim da Guerra Fria e os debates contemporâneos.

OBJECTIVOS

Sistematizar os principais debates teóricos e discutir suas contribuições para o estudo das relações internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Estudo das Relações Internacionais Contemporâneas.
- Transnacionalismo e Interdependência na Década de 70.
- Neo-realismo: A Análise Realista da Interdependência.
- Cooperação e Regimes Internacionais no Debate dos Anos 80.
- O Fim da Guerra Fria e a Disciplina de RI.
- Os Debates sobre o Sistema Internacional Pós-Guerra Fria.
- A Nova Ordem Internacional.
- A Perspectiva Cosmopolita.
- Marxismo e Relações Internacionais Contemporâneas.
- O Construtivismo.
- Perspectivas Teóricas em Estudo de Caso: A Invasão do Iraque em 2003.
- Os Pós-Modernos e as Relações Internacionais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

FONSECA JR., Gelson. A Legitimidade e Outras Questões Internacionais. São Paulo, Paz e Terra, 1998; cap. 2: “Aspectos da Teoria das Relações Internacionais: Notas Didáticas”, p. 95-134.

VIOTTI, Paul e KAUPPI, Mark V. International Relations Theory. Nova York, Macmillan, 1993, p. 5-13.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph (orgs.). Transnational Relations and World Politics. Cambridge, Harvard University Press, 1971; introdução, p. ix-xxix.

HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999; p. 24-29.

WALTZ, Kenneth. Theory of International Politics. Reading, Massachusetts, Addison-Wesley, 1979; p. 138-146.

- LAMY, Steven. "Contemporary mainstream approaches: neo-realism and neo-liberalism". In: Baylis, John e Smith, Steve (orgs.). *The Globalization of World Politics*. Oxford, OUP, 2001, p. 190-193.
- LITTLE, Richard. "International Regimes". In: Baylis, John e Smith, Steve (orgs.). *The Globalization of World Politics*. Oxford, OUP, 2001, p. 306-315.
- MELLO, Flavia de Campos. "Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates". BIB/ANPOCS, n. 44, 2º semestre de 1997, p. 105-119.
- EVANS, Graham e NEWNHAM, Jeffrey. *The Penguin Dictionary of International Relations*. Londres, Penguin, 1998, p. 75-77.
- ZACHER, Mark. "Os pilares em ruína do templo de Vestfália: implicações para a governança e a ordem internacional". In: Rosenau, James e Czempiel, Ernst-Otto (orgs.). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília, Editora UnB, 2000, p. 83-141.
- LAFER, Celso e FONSECA JR., Gelson. "Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional das Polaridades Indefinidas (Notas Analíticas e Algumas Sugestões)". In: Fonseca Jr, Gelson, e Nabuco de Castro, Sergio Henrique (orgs.), *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo, Paz e Terra, 1994, p. 49-77.
- NYE, Joseph S. Jr.. "A New World Order?". In: Nye, Joseph, *Understanding International Conflicts*. Nova York, Longman, 2ª edição, 1997, p. 181-194.
- Perspectivas Teóricas em Estudo de Caso: A Intervenção da OTAN em Kosovo em 1999.
- NYE, Joseph S. Jr. "Being Tough To Be Kind". *Financial Times*, 27 de maio de 1999.
- KRASNER, Stephen D. . "Intervenção e Tolerância". *Jornal do Brasil*, 12 de abril de 1999.
- VARGAS LLOSA, Mario. "OTAN entra em ação com 10 anos de atraso". *O Estado de São Paulo*, 11 de abril de 1999.
- HELD, David. "Democracy and Globalization". In: Daniele Archibugi, David Held e Martin Kohler (orgs.), *Re-imagining Political Community*, Cambridge, Polity Press, 1998, p. 11-27.
- GÓMEZ, José Maria. "Democratizando a globalização, transformando a comunidade política. Da cidadania nacional para a cidadania cosmopolita". In: José Maria Gómez, *Política e Democracia em Tempos de Globalização*, Petrópolis, Vozes, 2000, p. 123-139.
- HODDEN, Stephen e WYN JONES, Richard. "Marxist Theories of International Relations". In: Baylis, John e Smith, Steve (orgs.). *The Globalization of World Politics*. Oxford, OUP, 2001, p. 200-223.
- WALLERSTEIN, Immanuel. "Patterns and Perspectives of the Capitalist World-Economy". In: Paul R. Viotti e Mark V. Kauppi, *International Relations Theory*, Nova York, Macmillan, 1993, p. 501-512.
- BARNETT, Michael. "Social Constructivism". In: Baylis, John e Smith, Steve (orgs.). *The Globalization of World Politics*. Oxford, OUP, 2001, p. 251-269.
- HURRELL, Andrew e WOODS, Ngaire. "Globalisation and Inequality". *Millennium*, v. 24, n. 3, inverno 1995, p. 447-470.
- BAYLIS, John e SMITH, Steve (orgs.). *The Globalization of World Politics*. Oxford, OUP, 2005, Companion Web Site. / Case Studies.
- NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005, p. 187-231.

3º ANO
V SEMESTRE
SUMÁRIOS

- 33 Direito Internacional Privado I**
- 34 Direitos Humanos**
- 35 Geopolítica e Geoestratégia I**
- 36 Gestão e Resolução de Conflitos**
- 37 História da Diplomacia**
- 38 Organizações Internacionais I**

33. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO I

SUMÁRIO

Noção de Direito Internacional Privado. Direito dos conflitos-parte geral. Problemática geral do direito internacional privado /teoria geral da norma de conflitos. Estrutura geral da norma de conflitos. Interpretação e aplicação das normas de conflitos. O elemento de conexão. Remissão para ordenamentos jurídicos complexos/plurilegislativos. Devolução ou reenvio. A fraude à lei. A qualificação. Limites à aplicação do direito estrangeiro. Estatuto do direito estrangeiro. Problemas especiais de aplicação do direito de conflitos. Direito dos conflitos-parte especial. As pessoas. Negócio jurídico.representação. Prescrição e caducidade. Obrigações. Direitos reais. As relações de família. As sucessões. Arbitragem comercial internacional. Arbitragem comercial internacional. Efeitos de actos públicos estrangeiros sobre direitos privados (direito do reconhecimento). Actos públicos estrangeiros. Efeitos das sentenças estrangeiras.

OBJECTIVOS

- Fomentar o estudo do direito internacional privado e destacar a relevância da matéria para a formação do operador do Direito;
- Ministras conhecimentos básicos sobre as normas e instituições jurídicas do comércio internacional, em especial quanto a elaboração e discussão judicial dos contratos internacionais privados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO

Noção de Direito Internacional Privado

Objecto e âmbito da disciplina

Plano de curso/Orientação bibliográfica

Breve resumo do desenvolvimento histórico do Direito Internacional Privado

-Período que medeia a Antiguidade Clássica e o Feudalismo

Fase das Escolas Estatutárias do Direito Internacional Privado

Fase do DIP universalista (séc. XIX)

Fase do DIP nacionalista/particularista (final do séc. XIX e 1.º quartel do séc. XX)

Fase do DIP contemporâneo

Características das normas de conflitos de leis no espaço

Modos de regulamentação das relações privadas internacionais/situações transnacionais

DIREITO DOS CONFLITOS-PARTE GERAL

PROBLEMÁTICA GERAL DO Direito Internacional Privado /TEORIA GERAL DA NORMA DE CONFLITOS

O Direito Internacional Privado e outras disciplinas jurídicas

Princípios do Direito Internacional Privado

Fontes das normas de conflitos

Órgãos de aplicação

Objecto e função das normas de conflitos

Natureza das normas de conflitos.

ESTRUTURA GERAL DA NORMA DE CONFLITOS

Elementos da norma de conflitos

Previsão da norma de conflitos

A estatuição

O elemento de conexão

A determinação da conexão em função das circunstâncias do caso concreto

INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DAS NORMAS DE CONFLITOS

Interpretação das normas de conflitos

A integração de lacunas no Direito dos Conflitos

A aplicação no tempo e no espaço das normas de conflitos

O ELEMENTO DE CONEXÃO

Interpretação e concretização do elemento de conexão

Elementos de conexão no sistema guineense de normas de conflitos

Nacionalidade, domicílio e residência habitual

Outros elementos de conexão

REMISSÃO PARA ORDENAMENTOS JURÍDICOS COMPLEXOS/PLURILEGISLATIVOS

Caracterização do problema

Solução – regime vigente

DEVOLUÇÃO OU REENVIO

Génese e alcance do problema

Critérios gerais de solução

Devolução no Código Civil de 1966

A FRAUDE À LEI

Caracterização da fraude à lei em DIP

Artigo 21.º do Código Civil – sanção à fraude

A QUALIFICAÇÃO

Caracterização do problema

A operação de qualificação

Método de solução

Artigo 15.º do Código Civil

Conflitos positivos e negativos de qualificação

A adaptação

LIMITES À APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO

Reserva de Ordem Pública Internacional

Artigo 22.º do Código civil

ESTATUTO DO DIREITO ESTRANGEIRO

Identificação do problema

Interpretação e conhecimento do Direito estrangeiro

PROBLEMAS ESPECIAIS DE APLICAÇÃO DO DIREITO DE CONFLITOS

Questão Prévia

A noção de questão prévia

Os seus pressupostos

Figuras afins da questão prévia

Critérios de solução para este problema

Substituição

Transposição

DIREITO DOS CONFLITOS-PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO/GENERALIDADES

AS PESSOAS

Noção, âmbito e determinação da lei pessoal das pessoas singulares

Personalidade, estado e capacidade das pessoas singulares

Pessoas colectivas: noção e âmbito da lei pessoal

Estatuto pessoal das pessoas colectivas

Princípios gerais do Direito dos Estrangeiros

NEGÓCIO JURÍDICO.REPRESENTAÇÃO. PRESCRIÇÃO E CADUCIDADE.

Declaração negocial

Forma do negócio jurídico

Representação

Prescrição e caducidade

OBRIGAÇÕES

Obrigações voluntárias

Obrigações não voluntárias

DIREITOS REAIS

Princípio geral – *lex rei sitae*

Estatutos especiais

AS RELAÇÕES DE FAMÍLIA

Negócios preliminares ao casamento

Casamento

Efeitos do casamento

Divórcio e separação

Filiação

Adopção

AS SUCESSÕES

Princípios gerais

Disposições *mortis causa*

ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL

ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL

Princípios gerais

Vantagens do sistema arbitral

Regime guineense: lei interna e Acto Uniforme da OHADA

Direito aplicável ao mérito da causa

EFEITOS DE ACTOS PÚBLICOS ESTRANGEIROS SOBRE DIREITOS PRIVADOS

(DIREITO DO RECONHECIMENTO)

ACTOS PÚBLICOS ESTRANGEIROS

Noções gerais

EFEITOS DAS SENTENÇAS ESTRANGEIRAS

Sistemas de reconhecimento das sentenças

Efeitos possíveis das sentenças sobre direitos privados

Regime guineense sobre o reconhecimento de sentenças estrangeiras

Regimes especiais de reconhecimento

Sentenças arbitrais

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

COLLAÇO, Isabel de Magalhães Direito Internacional Privado (Lições proferidas ao 5.º ano jurídico de Lisboa);

Da compra e venda em Direito Internacional Privado, AAFDL, 1954.

CORREIA, A. Ferrer Lições de Direito Internacional Privado I, Almedina, 2000.

«Direito Internacional Privado» in Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, n.º 4, Editorial Verbo, 1986.

LIMA, Fernando Pires de/Varela, João Antunes

Código Civil Anotado, Volume I, Coimbra Editora, 1987.

MACHADO, Baptista Lições de Direito Internacional Privado, 3ª edição actualizada (reimpressão), Almedina, 2002.

Âmbito de eficácia e âmbito de competência das leis, Colecção Teses, reimpressão, Livraria Almedina, 1998.

PINHEIRO, Luís de Lima Direito Internacional Privado, Volume I, Introdução e Direito de Conflitos, Parte Geral, Almedina, 2003;

Direito Internacional Privado, Volume II, Direito de Conflitos, Parte Especial, Almedina, 2002;

Direito Internacional Privado, Volume III, Competência Internacional e Reconhecimento de Decisões Estrangeiras, Almedina, 2002.

RIBEIRO, Manuel Almeida Introdução ao Direito Internacional Privado, Almedina, 2000.

SANTOS, António Marques dos Direito Internacional Privado. Sumários, AAFDL, 1987;

Direito Internacional Privado. Introdução – I Volume, AAFDL, 2001.

VICENTE, Dário Moura Da responsabilidade pré-contratual em Direito Internacional Privado, Colecção Teses, Almedina, 2001.

34. DIREITOS HUMANOS

SUMÁRIO

Fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos. Os grandes valores ético-jurídicos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cidadania enquanto fenómeno jurídico - direitos humanos e Constituição. Cidadania, direitos humanos e democracia. Cidadania na sociedade contemporânea. Ética e cidadania. Cidadania e meio ambiente. Pluralismo, tolerância e cidadania. Direitos humanos em Angola

OBJECTIVOS

- Proporcionar os conhecimentos básicos sobre direitos humanos nos níveis teórico e prático..
- Analisar as diferentes concepções, dimensões, características e conteúdo dos direitos humanos.
- Discutir a situação internacional da democracia e direitos humanos.
- Analisar os sistemas internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos.
- Estudar os direitos humanos em Angola.
- Desenvolver a reflexão crítica do aluno sobre os direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direitos Humanos
- Aspectos introdutórios e apresentação da disciplina.
- Direitos Humanos: origem, levantamento histórico.
- Conceito, fundamento, dimensões.
- Características, perspectivas liberal e social.
- Cidadania e Direitos Humanos.
- Direitos Humanos e direitos difusos.
- Direitos Humanos em Angola
- A Constituição de da República de Angola - direitos individuais e direitos sociais.
- Os direitos da criança e do adolescente.
- A situação das mulheres.
- A questão dos índios.
- A questão dos negros.
- Os direitos dos idosos.
- Direitos Humanos e Sociedade Civil.
- Direitos Humanos na perspectiva internacional
- Direito Internacional dos Direitos Humanos.
- A incorporação dos tratados internacionais.
- Tratados, pactos, convenções e declarações internacionais de direitos humanos.
- Os sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos.
- Proteção internacional dos direitos humanos e Angola.
- Direitos humanos e multiculturalismo.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2000.

SILVA, Reinaldo Pereira e (Org.). Direitos Humanos como Educação para a Justiça. São Paulo: LTr, 1998.

BOBBIO, Norberto. Presente e futuro dos direitos do homem. In: A Era dos Direitos. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 1999. (capítulo sobre os direitos fundamentais)

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil. Brasília: Editora UnB, 1998.

_____. Tratado de Direito Internacional de Direitos Humanos. Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris Editor , 1997

ORWELL, George. A Revolução dos Bichos. Tradução de Heitor Ferreira. São Paulo: Globo, 1990. (livro para fichamento e discussão)

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2000.

SILVA, Reinaldo Pereira e (Org.). Direitos Humanos como Educação para a Justiça. São Paulo: LTr, 1998.

35. GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA I

SUMÁRIO

Noções gerais de geopolítica. Noções gerais de geoestratégia. Polemologia. O poder. Evolução histórica da geopolítica. Alguns precursores da geopolítica do século XIX. Ratzel e Reclus. Teorias restritas do poder nacional. Teorias globais do poder mundial. Ecopolítica. Demopolítica. Geoeconomia.

OBJECTIVOS

- Dar continuidade ao ciclo de ensino aos estudantes do curso de relações internacionais nas mais diversas matérias, ressaltando o carácter específico para as matérias relacionadas com aspectos ligados a geopolítica e geoestratégia.
- Geopolítica Geoestratégia procura abordar em primeira instância, questões de natureza conceptual e científica na área da geopolítica e geoestratégia desde os seus mais destacados precursores passando pelas fases do seu desenvolvimento, desde a fase intuitiva à postura científica. O estudo das matérias ligadas a geopolítica e geoestratégia contemporânea, serão complementadas na cadeira Geopolítica Geoestratégia .
- Outro dos objectivos não menos importantes, consubstancia-se na contribuição que os conhecimentos adquiridos na aprendizagem desta cadeira poderão dar para a análise e compreensão dos fenómenos inerentes a globalização das relações internacionais da actualidade, fornecendo ferramentas adicionais aos especialistas em relações internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NOÇÕES GERAIS DE GEOPOLÍTICA

Conceito de Geopolítica.

Definição de Geopolítica.

Geografia Política e Geopolítica.

NOÇÕES GERAIS DE GEOESTRATÉGIA

Conceito de Geoestratégia.

Definição de Geoestratégia.

Estratégia aplicada.

Relação entre Geopolítica e Geoestratégia.

POLEMOLOGIA

Conceito de Polemologia.

O Conflito.

A Crise.

A Guerra.

O PODER

O Poder e a Estratégia.

O Poder e a Soberania.

O Poder e o Estado.

O Poder e a Defesa Nacional.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA GEOPOLÍTICA

Fase Intuitiva.

Fase Clássica.

Fase Renascentista.

Fase do século das luzes.

Século XIX à actualidade.

ALGUNS PERCURSORES DA GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XIX 1. Ratzel e Reclus.

Rudolf Kjellen.

TEORIAS RESTRITAS DO PODER NACIONAL

Geopolitik da Escola de Munique.

O Possibilismo da Escola Francesa.

TEORIAS GLOBAIS DO PODER MUNDIAL

Teorias do poder marítima.

Teorias do poder terrestre. Teoria dualista.

Teoria do poder aéreo.

ECOPOLÍTICA

Ecologia/Ecopolítica.

A Ecopolítica como disciplina autónoma.

Escola ambientalista norte-americana.

DEMOPOLÍTICA

A Geografia Humana e a Geopolítica.

A pressão da opinião pública.

As migrações e as minorias.

GEOECONOMIA

A Geoeconomia e a Nova Economia.

A Geoeconomia e Política Clássica.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

COUTO, Abel Cabral. Os grandes desafios mundiais, Nação e Defesa Portugal e o nono quadro internacional, IDN, Lisboa, 1993.

ESTRADA, Isabel DE Vestefália ao projecto pós-nacional" Para uma cultura da Paz, Quarteto, Coimbra, 2001.

FENGER, Jes, Segurança ambiental e a agenda de segurança global, Nação e Defesa, n.o 99, Lisboa, Outubro de 2001.

FIEVET, Gil Da estratégia militar à estratégia empresarial. Editorial Inquérito, Mem Martins s/do

GALLOIS, Pierre M. - Geopolitique les voies de la puissance, PLON, Paris, 1990.

CORREIA, Pedro Pizarat, Manual de geopolítica e geoestratégia, conceitos teóricos e doutrinais, Quarteto, Coimbra 2002/04.

RAFFESTIN, Claude, Pour une géographie du pouvoir, Lebraries Techniques, Paris, 1980.

RENAUD, Michel . Sobre a Guerra e a Paz: Origens e destino da violência, Nação e Defesa, n.o 17 IDN, Lisboa, Jan-Mar 81.

SOPPELSA, Jacques. Géopolitique, de 1945 à nos jours, Editions Dilez, Paris, 1993.

COHEN, Samuel Geografia y política en um mundo dividido, Ediciones Ejercito, Madrid, 1980.

HUNTINGTON, Samuel. O Choque de civilizações e a mudança na ordem mundial, Gradiva, Lisboa, 1999.

GEORGE, Pierre. Geopolitique des minorités, PUF, Paris, 1994.

GERALDES, Araújo. Origens e evolução do pensamento geopolítico.

LACOSTE, Yves - "Dictionnaire géopolitique", Flammarion, Paris, 1993.

HART, B.H. Liddell - Cipião, o Africano - Maior que Napoleão (A estratégia ao serviço da política, da guerra, das empresas - Clássicos do Pensamento Estratégico) Edições Sílabo, Lisboa, 2006;

VEGÉCIO - Tratado da Ciência Militar - (A estratégia ao serviço da política, da guerra, das empresas - Clássicos do Pensamento Estratégico),) Edições Sílabo, Lisboa, 2006;

BEAUFRE, André - Introdução à Estratégia - (A estratégia ao serviço da política, da guerra, das empresas - Clássicos do Pensamento Estratégico),) Edições Sílabo, Lisboa, 2006;

KUNG, T'ai - Os Seis Ensinaamentos Secretos - (A estratégia ao serviço da política, da guerra, das empresas - Clássicos do Pensamento Estratégico),) Edições Sílabo, Lisboa, 2006;

GIAP, Vo Nguyen - Manual de Estratégia Subversiva - (A estratégia ao serviço da política, da guerra, das empresas - Clássicos do Pensamento Estratégico),) Edições Sílabo, Lisboa, 2006;

MAQUIAVEL, Nicolau - A Arte da Guerra - (Ao estratégia ao serviço da política, da guerra, das empresas - Clássicos do Pensamento Estratégico),) Edições Sílabo, Lisboa, 2006;

TSE- TOUNG, Mao - Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva - (A estratégia ao serviço da política, da guerra, das empresas - Clássicos do Pensamento Estratégico),) Edições Sílabo, Lisboa, 2006;

ABREU, Francisco - Sun Tzu Clausewitz - Estratégia (O Grande debate), Esfera do Caos Editores Lda, Lisboa, 2006;

DIAS, Carlos Manuel Mendes - Geopolítica (Teorização Clássica e Ensinaamentos, Edição Prefácio, Lisboa, 2005.

36. GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

SUMÁRIO

A subjectividade geral imediata; a subjectividade directa do direito consuetudinário e do convencional; a ilustração do tema direito comunitário. O Direito Internacional Privado: capacidade de fato e de exercício, comorência, protecção social dos incapazes, protecção dos filhos. A responsabilidade penal do indivíduo e do que actua exclusivamente em nome próprio. A responsabilidade do indivíduo enquanto agente público. A protecção internacional dos direitos do homem no quadro universal das organizações internacionais regionais e sub-regionais, nas hipóteses de conflitos armados. A condição de estrangeiros. As pessoas privadas frente aos procedimentos internacionais de aplicação do direito. As sociedades transnacionais e os organismos não governamentais.

OBJECTIVOS

- Ministrar conhecimentos básicos aos alunos sobre as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional, assim como sobre os princípios e leis que solucionam os conflitos de normas no espaço;
- Fornecer directrizes sobre utilização das fontes de direito internacional e de direito interno em relação a problemas que transcendem o interesse exclusivo de uma única ordem jurídica estatal;
- Fornecer os elementos de análise e compreensão que possibilitem ao aluno resolver problemas de repercussão internacional, de acordo com o direito positivo pátrio e tratados internacionais pertinentes;
- Dar directrizes sobre a utilização das fontes de direito estrangeiros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As pessoas privadas no âmbito do direito internacional renovado
- As teorias afirmativas da personalidade internacional dos indivíduos
- A subjectividade mediata
- A subjectividade directa do direito consuetudinário
- A subjectividade directa do direito convencional
- A ilustração do tema e no direito comutário
- O Direito Internacional Privado da Pessoa: Capacidade de Fato e de Exercício, Comorência, Protecção Social dos Incapazes
- O Direito Internacional Privado da Família: Protecção dos filhos
- O Direito Internacional Penal do Indivíduo
- A responsabilidade penal do indivíduo
- A responsabilidade do indivíduo que actua exclusividade em nome próprio
- A responsabilidade do indivíduo enquanto agente público
- A protecção internacional dos direitos do homem
- No quadro universal
- No quadro das organizações internacionais regionais e sub-regionais
- Nas hipóteses de conflitos armados
- A protecção internacional de certas categorias de indivíduos
- Os casos dos trabalhadores internacionais e das minorias
- A condição dos estrangeiros
- A condição dos investidores estrangeiros
- As pessoas privadas frente aos procedimentos internacionais de aplicação do direito - o poder de acção
- Os procedimentos não jurisdicionais
- Os procedimentos jurisdicionais e arbitrais

- As sociedades transnacionais e organismo não governamentais

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

ABREU, Antero – Alguns crimes mais graves e frequentes: dosimetria penal (notas práticas). Luanda, Procuradoria Geral da República, 1991.

ACCIOLY, Hidelbrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. Manual de direito internacional público. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

ANGOLA – Lei Constitucional (texto policopiado).

KELSEN, Hans; CAMPAGNOLO, Umberto. Direito Internacional e Estado Soberano. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direito constitucional internacional: uma introdução: constituição de 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PIOVESAN, F. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 5. ed. São Paulo: M. Limonad, 2002.

PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público e Privado: introdução ao estudo do direito e noções de ética profissional. 24ª ed. São Paulo: Atlas. 2004.

ANGOLA. Leis, decretos, etc. – Colectânea de Legislação do Trabalho : 1991 a 1997, vol. 3, Luanda, Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, 1998;

37. HISTÓRIA DA DIPLOMACIA

SUMÁRIO

Evolução histórica da diplomacia. Africa no contexto da diplomacia contemporânea. A diplomacia Angolana. No período pré e pós- independência. Conceito da diplomacia. A diplomacia pura. Morfologia da diplomacia. Crítica e crise da diplomacia.

OBJECTIVOS

- Estudar a evolução histórica da diplomacia.
- Analisar o posicionamento da diplomacia bilateral e multilateral Africana no contexto internacional.
- Analisar a diplomacia Angolana no período pré e pós- independência.
- Analisar as diversas definições sobre a diplomacia e em especial o conceito da diplomacia pura.
- Falar sobre a importância da diplomacia bilateral e multilateral.
- Analisar os factores que concorrem para a crítica e crise da diplomacia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A evolução histórica da diplomacia
- Pre'-historia e antiguidade oriental
- Grécia
- Roma
- Idade Média
- Idade Moderna
- Época Contemporânea
- Síntese
- A Africa no contexto da diplomacia contemporânea
- Antecedentes históricos da diplomacia Africana
- A Conferencia de Bandung
- A Africa e a Sociedade das nações (SDN)
- A Africa independente e o estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais.
- A diplomacia multilateral africana no quadro da ONU, OUA e em outras organizações sub-regionais.
- A Diplomacia Angolana
- Antecedentes históricos da diplomacia Angolana
- A diplomacia Angolana no período pós- independência.
- O Conceito da Diplomacia – A Diplomacia Pura
- Diversidade das definições de diplomacia e sua análise.
- Elementos essenciais do conceito de diplomacia
- A diplomacia pura
- Morfologia Diplomática
- Diplomacia bilateral
- Diplomacia multilateral
- Crítica da Diplomacia
- Crise da Diplomacia.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

MAGALHAES, José Calvet de. A diplomacia Pura. Bertrand Editora. Venda Nova, 1996.

OLIVEIRA, Luís Soares de. Historia Diplomática: o período europeu 1580-1917. Ed Pedro Ferreira, Lisboa, 1994.

MILZA, Pierre. As Relações Internacionais.1918-1939. Ed. 70 Ltda, Lisboa, 1998.

PELLISTRAND, Benoit. As Relações Internacionais Contemporaneas

FERNANDES, António José. Relações Internacionais Contemporâneas: do mundo da Europa á Europa do Mundo, Editora da Univali, 1998.

DOMINGUES, Carlos Alberto. Guerra, Justiça e paz. Universitária Editora Ltda. Lisboa, 2002.

ROCHA, EDMUNDO. Angola Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano. 1950- 1964. Lisboa, 2003.

38. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS I

SUMÁRIO

Teoria geral das organizações internacionais. O fenómeno Organizações Intergovernamentais (OIG) génese e evolução. Classificação das Organizações Intergovernamentais (OIG). As Organizações Intergovernamentais (OIG) - como sujeitos de direito internacional. Ordem jurídica das Organizações Intergovernamentais. Personalidade jurídica das Organizações Intergovernamentais. Privilégios das Organizações Intergovernamentais (OIG). Finanças das Organizações Intergovernamentais.

OBJECTIVOS

Oferecer aos alunos uma visão abrangente da matéria, visando dar base para que possa acompanhar a evolução da disciplina e sua compreender sua importância no mundo actual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.

Noção e classificação das Organizações Internacionais. Organizações Intergovernamentais (OIG). Organizações Não-Governamentais (ONG)

O FENÓMENO ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS (OIG) GÉNESE E EVOLUÇÃO

Surgimento do fenómeno Organizações Intergovernamentais (OIG). Evolução do fenómeno Organizações Intergovernamentais (OIG). Actualidade do fenómeno Organizações Intergovernamentais (OIG).

CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS (OIG)

Quanto ao âmbito geográfico do seu raio de acção.

Quanto ao objectivo que persegue (financeiro, militar, económico, social, etc.).

AS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS (OIG) - COMO SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL

Modalidades de participação. Processo de participação.

ORDEM JURÍDICA DAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

Tipologia dos actos unilaterais das Organizações Intergovernamentais (OIG).

Controlo da legalidade no quadro das Organizações Intergovernamentais (OIG).

O Poder de sanção das Organizações Intergovernamentais (OIG).

PERSONALIDADE JURÍDICA DAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

Personalidade jurídica interna.

Personalidade jurídica internacional.

PRIVILÉGIOS DAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS (OIG)

Fundamento jurídico, natureza e a extensão dos privilégios e imunidades das Organizações Intergovernamentais (OIG).

Privilégios e imunidades dos representantes dos Estados-Membros.

FINANÇAS DAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

Despesas das Organizações Intergovernamentais. Receitas das Organizações Intergovernamentais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

GOUVEIA, Jorge Bacelar. Organizações Intergovernamentais (Textos Fundamentais), Almedina, 2ª Edição.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. Organizações Internacionais (Textos Fundamentais), Lisboa, 1991.

RIBEIRO, Manuel A . Organização das Nações Unidas, Almedina.

CAMPOS, João Mota de. Organizações Internacionais (Serviço de Educação, Fundação Calouse Gubenkian).

TA V ARES, Ricardo Neiva. (Colecção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco) - As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas), Instituto do Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos.

MATOS, Paula de e PEDRO Rui. As ONG (D) e a Crise do Estado Soberano - Colecção Teses, Universidade Lusíada, Editora Lisboa, 2001.

DECAUX, Emmanuel- La Conférence sur la Sécurité et la coopération en Europe, Paris, P.U.F. 1992.

DÉFERGES, Philippe Moreau - Les Institutions européennes, Paris, Armand Colin, 1993.

DUMOULIN, André e REMMANCHE, Eric. L'union de l'Europe occidentale, Phénix de la défense européenne, Bruyant, Bruxelles, 1998.

FERNANDES, António José . A União Europeia de Maastricht: Federação, Confederação ou Comunidade de Estados? Lisboa, Ed. Presença, 1994.

HUNTZINGER, Jacques. Europes, Paris, Edition Ramseg, 1977.

PIRES, Francisco Lucas. Tratados que Instituem a Comunidade e a União Europeia, Lisboa, Editorial Notícias, 1992.

MASCLET, Jean-Claude. A União da Política da Europa, Lisboa, Bertrand, 1975.

MOREIRA, Adriano. A comunidade Internacional em Mudança, São Paulo, Resenha Universitária, 1976.

RAMLOT, Vicent e REMADE, Eric . L'OSCE et les Conflits en Europe, Bruxelas, GRIP, 1995.

SACCHETTI, A. Emílio . Pactos Militares e Organizações de Defesa na Região Euro .América, in Revista de Estudos Políticos e Sociais, vol. X , n.o 34, Lisboa, ISCSP, 1982.

3º ANO
VI SEMESTRE
SUMÁRIOS

- 39 Direito Internacional Privado II**
- 40 Geopolítica e Geoestratégia II**
- 41 História de África e dos PALOP**
- 42 Integração e Blocos Regionais**
- 43 Política Externa de Angola**
- 44 Relações Internacionais Africanas**
- 45 Organizações Internacionais II**

39. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO II

SUMÁRIO

Questões de Direito Civil Internacional: Lei de Introdução ao Código Civil. Questões de Direito Processual Civil Internacional: imunidades diplomáticas e consulares; cartas rogatórias; homologação de sentença estrangeira; competência internacional. Direito do comércio internacional. Lex Mercatoria. Mecanismos jurídicos de importação e exportação. O contrato internacional.

OBJECTIVOS

- Fomentar o estudo do direito internacional privado e destacar a relevância da matéria para a formação do operador do Direito;
- Ministrar conhecimentos básicos sobre as normas e instituições jurídicas do comércio internacional, em especial quanto a elaboração e discussão judicial dos contratos internacionais privados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito Civil Internacional
- Questões de Direito Civil Internacional
- Lei de Introdução ao Código Civil
- Direito Processual Civil Internacional
- Imunidades diplomáticas e consulares

Direito Internacional Privado e Direito Processual Internacional:

- Jurisdição internacional
- Aplicação do direito estrangeiro;

Cooperação interjurisdicional

- Cartas rogatórias;
- Homologação de sentenças estrangeiras;
- Produção de provas e demais atos processuais;
- Medidas cautelares;
- Direito processual no Mercosul;

- Aspectos Básicos do Comércio Internacional
- Bases do Comércio Internacional: Lex Mercatoria
- Negociações Multilaterais de Comércio
- Práticas desleais no comércio internacional – defesa comercial
- Exportação e Importação em Angola
- Partes e auxiliares do comércio exterior
- Tributação no Comércio Exterior Angolano.
- Logística e transporte internacional
- Financiamento à exportação e à importação
- Estrutura organizacional do Comércio Exterior em Angola
- SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
- Contratos no Comércio Internacional
- Negociações e técnicas básicas de elaboração de contratos internacionais
- Aspectos fundamentais dos contratos no comércio internacional
- 1 Contrato internacional de Compra e Venda de mercadorias
- Outros contratos internacionais do Comércio

- Incoterms – Termos internacionais
- Formas de pagamento no Comércio Internacional
- Garantias utilizadas no Comércio Internacional
- Seguro no Comércio Internacional
- Propriedade intelectual e o Comércio Internacional
- Novas tecnologias e o Comércio Internacional
- Solução de controvérsias no Comércio Internacional
- Recurso à Jurisdição Estatal
- Arbitragem no Comércio Internacional e em Angola
- Reconhecimento e Homologação de Sentenças Judiciais e Arbitrais em Angola.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado: teoria e prática. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 2005

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do. (coord.) Direito do Comércio Internacional: aspectos fundamentais. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira. São Paulo: Renovar, 2004.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Direito e Comércio Internacional. São Paulo: LTr, 1994.

CRETELLA JUNIOR, José. 1000 Perguntas e Respostas de Direito Internacional Público e Privado. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

RECHSTEINER, Beat Walter. Arbitragem Privada Internacional no Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SOUTO, Cláudio. Introdução Crítica ao Direito Internacional Privado. Porto Alegre: Fabris, 2000.

STRENGER, Irineu. Arbitragem Comercial Internacional. São Paulo: LTR, 1996.

40. GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA II

SUMÁRIO

Geografia Política, geoestratégia e fronteiras. Organização do espaço como instrumento de poder. O Estado Moderno e as políticas territoriais internas e externas. A Geopolítica do período contemporâneo na África. Cenário geopolítico mundial actual. Enquadramento conceptual da Geopolítica e Geoestratégia, passando pela abordagem de várias áreas subsidiárias: Estratégia, Polemologia, Poder. Geopolítica e Geoestratégia na perspectiva das Teorias Clássicas e da Nova Geopolítica. O quadro geoestratégico mundial, com incidência na caracterização polemológica estrutural das regiões mais sensíveis.

OBJECTIVOS

- Oferecer aos alunos elementos conceituais e teóricos para o estudo da Geografia Política;
- Compreender as implicações da organização geopolítica do espaço mundial e na África no contexto dos estudos das Relações Internacionais.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

- Estratégia. Polemologia
- Poder
- Geopolítica Clássica: génese e evolução conceptual; perspectivas e teorias. Geopolítica do poder nuclear
- Nova Geopolítica: novos objectivos; novas abordagens; a paz numa perspectiva geopolítica
- Quadro geopolítico e geoestratégico: na área da Guerra Fria; na Nova Ordem Mundial
- O mundo enquanto zona de conflitualidade global
- Zonas de conflitualidade endémica: Mediterrâneo (Sudeste Europeu, Médio Oriente, Golfo Pérsico); Sudeste Asiático; Ásia Central; África Subsariana (África Austral, África Equatorial); América Latina

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

- BECKER, B. (1990): “Fronteira e urbanização repensadas”, in B. Becker et alli, Fronteira Amazônica, p. 35-74. Ed. UFRJ – UNB, Rio de Janeiro.
- CARLOS, A. F. A. (1994): A Cidade. Contexto, São Paulo. (1991): Região e Organização Espacial. Ática, Rio de Janeiro. (1997): Trajetórias geográficas. Bertrand, Rio de Janeiro.
- CORREIA, Pedro de Pizarat, Manual de geopolítica e geoestratégia, Vol 1, Coimbra, Quarteto Editora, 2002.
- HOBBSAWM, Eric, A era dos extremos: breve história do século XX, 1991, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998.

HUNTINGTON, Samuel P., O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial, Lisboa, Gradiva, 1999. MARQUES, Viriato Soromenho, Regressar à terra: consciência ecológica e política de ambiente, Lisboa, Fim de Século, 1994.

41. HISTÓRIA DA ÁFRICA E DOS PALOP

SUMÁRIO

A África ante o Ocidente ontem e hoje. A História sociocultural do mundo africano. África: estrutura dos impérios e dos países herdeiros. A divisão intelectual e manual do trabalho: na história da África. Nacionalidade e minorias nacionais. Tensões sociais e processo imigratório. Língua, poder e cidadania. História oral e os povos Africanos. Inclusão social nos PALOP e demais países Africanos. Estudo da situação da língua portuguesa no espaço africano. O ensino da língua portuguesa nos PALOP.

OBJECTIVOS

- Contribuir para que o aluno conheça a história de África, especialmente dos PALOP;
- Estabelecer historicamente junto com os alunos paralelos entre a África e o Ocidente;
- Analisar a situação passada e presente da África no contexto mundial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História de África: dos primórdios aos dias atuais
- Relação histórica sobre a evolução da África e sua relação com o Ocidente
- A estrutura dos impérios de África
- História oral e cultura Africana
- Semelhanças e diferenças entre os diferentes povos Africanos
- Património histórico-socio-cultural dos países Africanos de um modo geral
- Património histórico-socio-cultural dos PALOP
- Língua e Poder na África: ontem e hoje
- A África na antiguidade
- A África no Império
- Introdução da África contemporânea

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

- ALPHA, I. Soe e outros . Introdução à Cultura Africana. Lisboa, Edições 70, 1980.
- CASTILHON, J.L. Zingha, Reine D'Angola. Histoire Africaine. Bourges, Ganymede, 1993.
- THORNTON, John. A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico Rio de Janeiro, Campus, 2004.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. - Moniot, H. - Africa Negra, de 1800 a nuestros dias, Nueva Clio, Barcelona, 1985.
- UNESCO, 1991. História Geral da África. Trad. org. João Alves dos Santos.

42. INTEGRAÇÃO E BLOCOS REGIONAIS

SUMÁRIO

A Nova Ordem Mundial – A Relativização da Soberania no contexto dos Blocos Regionais – As Fases de Integração Econômica e sua relevância para o Comércio Internacional – A Proteção dos particulares nos Blocos Econômicos – A Resolução de Conflitos entre Estados sob a perspectiva da Integração Regional.

OBJECTIVOS

- Trazer aos alunos do curso de Relações Internacionais uma visão do admirável mundo novo que passa pela Globalização e pela Integração Regional. O Mercosul e outras integrações regionais existentes, precipuamente nas Américas, sempre utilizando a União Européia como contraponto e como comparação com os demais blocos econômicos.
- Analisar intrinsecamente o Mercosul e a União Européia, desde o plano institucional, com os órgãos e suas respectivas funções, até o sistema de solução de controvérsias, sempre na perspectiva do direito comparado.
- Dar ênfase ainda às relações externas do Mercosul e seus acordos com a União Européia, com a Comunidade Andina de Nações, e seu papel frente à ALCA.
- Analisar se a transfusão de modelos de integração para outras integrações regionais é benéfica ou não.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Sociedade internacional. Relações internacionais e direito internacional.
- Os sujeitos de Direito Internacional.
- As fontes de Direito Internacional - o art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
- Tratados. Conceito, classificação, fases e efeitos.
- Relações entre o direito internacional e o direito interno. O conflito entre o Tratado e a Constituição.
- Do Direito Internacional Público renovado ao surgimento dos blocos econômicos
- O DIP contemporâneo: novos sujeitos.
- Organizações internacionais com vocação universal.
- Organizações internacionais com vocação regional de cunho político.
- Organizações internacionais com vocação regional de cunho econômico.
- As fases da integração econômica
- Zona de livre comércio.
- União aduaneira.
- Mercado comum.
- União econômica e monetária.
- União política e segurança comum.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA

- **O nascimento das Comunidades Europeias:**
 - CEEA
 - CEEA ou EURATOM
 - CEE
 - TUE
- Tratado de Amsterdã;
- Tratado de Nice;
- Tratado que institui a Constituição Européia
- **A formação do mercado comum europeu:**

- Livre circulação de bens.
- Livre circulação de pessoas.
- Liberdade de estabelecimento e livre prestação de serviços.
- Livre circulação de capitais.
- **Estrutura Orgânica da UE:**
 - Divisão de poderes na EU.
 - Conselho e Conselho Europeu: composição; funções.
 - Comissão: composição; funções.
 - Parlamento Europeu: composição; funções.
 - Direito originário e derivado: elaboração de leis derivadas.
- **Ordenamento Jurídico da UE:**
 - A gênese do direito comunitário.
 - Tribunal de Justiça: composição; funções; recursos cabíveis.
 - Conflito de leis comunitárias e nacionais.
 - Primado do Direito Comunitário.
- **O Poder SISPCABnacional:**
 - Direito Internacional Público x Direito Comunitário.
 - SISPCABnacionalidade e Intergovernabilidade.
 - As Constituições dos Estados-membros da União Européia.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MERCOSUL

- A gênese do Mercosul;
- A Associação Latino Americana de Livre Comércio;
- A Associação Latino Americana de Integração;
- Programa de Integração e Cooperação Econômica;
- Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento;
- Tratado de Assunção – Mercosul;
- Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias;
- Protocolo de Ouro Preto;
- Estrutura Orgânica do Mercosul;
- O Conselho do Mercado Comum;
- O Grupo Mercado Comum;
- A Comissão de Comércio;
- A Comissão Parlamentar Conjunta;
- O Foro Consultivo Econômico e Social;
- A Secretaria Administrativa.
- O Ordenamento Jurídico do Mercosul;
- A gênese do direito da integração;
- A inserção do Direito da integração na ordem interna dos Estados;
- Tribunal Arbitral: funcionamento;
- Conflitos entre Estados Partes e Particulares;
- Tribunal Permanente de Revisão: funcionamento;
- Conflito entre Estados Partes;
- Conflito entre Estados Partes e Particulares.
- O Poder Intergovernamental;
- Direito Internacional Público x Direito da Integração;
- Soberania clássica: delegação de poderes;
- SISPCABnacionalidade e Intergovernabilidade;

- As Constituições dos Estados-partes do Mercosul.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO

- O Acordo de Comércio da América do Norte – NAFTA.
- A Comunidade Andina de Nações – CAN;
- O Mercado Comum Centro Americano – MCCA;
- A Comunidade do Caribe – CARICOM;
- A Área de Livre Comércio Americana – ALCA;
- A Associação de Livre Comércio Sul Americana – ALCSA

GLOBALIZAÇÃO x REGIONALISMO

- A Organização Mundial de Comércio – OMC;
- Globalização e integração regional;
- O regime jurídico comparado do contencioso da integração;
- O contributo da integração regional para a paz e para o desenvolvimento.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

ASCENSÃO, José de Oliveira. O Direito – Introdução e Teoria Geral – uma perspectiva luso-brasileira. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BARBOSA, Rubens Antonio. América Latina em perspectiva: São Paulo: LTr, 1978.

BARRAL, Welber (Org.). O BRASIL e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 516 p.

BARRAL, Welber. Dumping e comércio internacional: a regulamentação antidumping após a rodada Uruguai. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 395 p.

BÖHLKE, Marcelo. Integração regional & autonomia do seu ordenamento jurídico. Curitiba, PR: Juruá, 2003. 263 p.

CAMPOS, João Mota de. Manual de Direito Comunitário. Fundação Calouste Gubenkian, 2004.

CUNHA, Paulo de Pitta e. Integração europeia: estudos de economia, política e direito comunitários. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993. 433 p.

DANTAS, Ivo (Org.). Processos de integração regional: político, económico, jurídico e nas relações internacionais. Curitiba: Juruá, 2001. 235 p.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 364 p.

LEAL, Rosemiro Pereira. Soberania e mercado mundial: a crise jurídica das economias nacionais. 2. ed.rev. e atual. São Paulo: LED, 1999. 327 p.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. Soberania, OMC e Mercosul. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 364 p.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 10a. ed., 2 volumes, Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

MIRANDA, Jorge. Direito Internacional Público - I. Lisboa, Pedro Ferreira, 1995.

- OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (Org.). Globalização, regionalização e nacionalismo. São Paulo: Unesp, 1999. 287 p.
- PEREIRA, André Gonçalves e Quadros, Fausto de. Manual de Direito Internacional Público. 3a. ed., Coimbra: Almedina, 1997.
- Pimentel, Luiz Otávio (org.) Direito da integração: estudos em homenagem a Werter R. Faria. Curitiba: Juruá, 2001. v. 1 e 2.
- PITTA e CUNHA (org.). Uma Constituição para a Europa. Coimbra: Ed. Almedina, 2005. 200p.
- PIOVESAN, Flávia (Coord.). Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002. 727 p.
- PORTO, Manuel Carlos Lopes. Teoria da integração e políticas comunitárias. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2001. 629 p.
- QUADROS, Fausto de. Direito das Comunidades Europeias e Direito Internacional Público. Lisboa: Almedina, 1991.
- RANGEL, Vicente Marotta. Direito e Relações Internacionais. 5a. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público. 6a. ed., São Paulo: Saraiva, 1996.
- SANTOS, Theotônio dos. Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 4. ed. Petropolis: Vozes, 1999. 188 p.
- SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. Manual das organizações internacionais. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2000. 367p.
- SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. Relações internacionais. Barueri, SP: Manole, 2004. 267 p.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. O direito internacional em um mundo em transformação: (ensaios, 1976-2001). Rio de Janeiro: Renovar, 2002. 180 p.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis; MARTINS, Luciano (Coord.). A nova ordem mundial em questão. 3. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1999. 433 p.
- THORSTENSEN, Vera. Comunidade européia: a construção de uma potência econômica. São Paulo: Brasiliense, 1992.

43. POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA

SUMÁRIO

Introdução. A decisão em matéria da política externa. A decisão em matéria da política externa.

OBJECTIVOS

Os objectivos da disciplina são os de proporcionar a aquisição de competências próprias relacionadas com o conteúdo da mesma tendo em atenção o "*sistema*" de decisão em matéria de política externa, as constantes da política externa angolana e as linhas de força do seu actual desenvolvimento. Ou seja, levar os licenciandos a compreender a actual inserção de Angola no contexto internacional através dos vectores que condicionam e determinam tal posicionamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução

- O conceito de Política Externa
- Noções gerais sobre os instrumentos da Política Externa e sua classificação
- Meios pacíficos empregados na execução da Política Externa
- Instrumentos pacíficos da Política Externa 1.3.2. Instrumentos violentos da Política Externa
- As constantes da Política Externa Angolana
- Factores estruturantes da Política Externa Angolana

A DECISÃO EM MATÉRIA DA POLÍTICA EXTERNA

- O sistema de Governo e a tomada de decisão
- As competências do Presidente da República
- As competências do Governo
- As competências da Assembleia Nacional
- O papel primordial do Ministério das Relações Exteriores: Sua organização e funcionamento
- Os factores de influência interna
- Os grupos de interesse Os grupos de pressão
- A comunicação social e a opinião pública

OBJECTIVOS E LINHAS DE FORÇA DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA)

Antecedentes próximos

- A Política Externa no período 1975 à 1989 A Política Externa no período 1989 à 1992
- A Política Externa no período 1992 à 1994
- A Política Externa no período 1994 à actualidade As relações com a África
- A adesão às Comunidades
- A participação na SADCC/SADC As relações bilaterais
- As relações com a África e o espaço Lusófono As relações com os demais PALOP's
- As relações com Portugal
- As relações com o Brasil Angola e a CPLP
 - Angola e as questões de Defesa e Segurança regionais
 - Angola e as organizações internacionais
- Angola e as Nações Unidas
- A actividade angolana no plano multi lateral
- As relações com as outras regiões e países A Europa Os Estados Unidos da América A América Latina O Magreb e o Mundo Árabe
- A China e a Ásia
 - Algumas questões específicas

- Angola e Portugal

BIBLIOGRAFIAS

- CABRAL, Amílcar Lopes. A arma da teoria: unidade e luta I / Amílcar Cabral. Lisboa: Seara Nova, 1976. - 148 p.
- CABRAL, Amílcar. Alguns princípios do partido / Amílcar Cabral. - Lisboa: Seara Nova, 1974. - 30 p.
- CABRAL, Amílcar. Análise de alguns tipos de resistência / Amílcar Cabral. - 2ª ed.. - Lisboa: Seara Nova, 1975. - 133 p.
- CASIMIRO, Augusto. Política internacional. 1914 Naulila. Lisboa: Seara Nova, 1922. - 241 p.
- DIAS, Gastão Sousa. África portentosa / Gastão Sousa Dias. - 2ª. - Lisboa: Seara Nova, 1928 (Lisboa: Gráfica, Lda, 1929. - 257 p.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa. África Austral, o passado e o futuro: análise de economia e política sobre as ex-colónias portuguesas, África do Sul e Namíbia / Eduardo de Sousa Ferreira; pref. Basil Davidson. - 2ª ed. alargada de Aspectos do colonialismo português. - Lisboa: Seara Nova, 1977. - 410 p.;
- FERREIRA, Eduardo de Sousa. Aspectos do colonialismo português : análise de economia e política sobre as colónias portuguesas : África do Sul e Namíbia / Eduardo de Sousa Ferreira. - Lisboa : Seara Nova, 1974. - 365 p.
- VALLES, Edgar. África: colonialismo e socialismo / Edgar Valles. - Lisboa: Seara Nova, 1974. - 166, [1] p.

44. RELAÇÕES INTERNACIONAIS AFRICANAS

SUMÁRIO

Africa sujeito das Relações Internacionais. Oportunidades e constrangimentos dos actores africanos no sistema internacional. O lugar de África no mundo, desde o fim da guerra fria. A Organização das Nações Unidas. Africa e os desafios da globalização.

OBJECTIVOS

O lugar de África no sistema internacional relaciona-se pelo facto deste continente berço da humanidade ser a base de recursos indispensáveis que servem a humanidade há Inais vários séculos. É neste âmbito que a cadeira de Relações Internacionais Africanas, pela sua especificidade e particularidade tem por objectivo a consolidação e aprofundamento, por um lado, dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Introdução as Relações Internacionais e de Teoria de Relações Internacionais, por outro proporcionar os ensinamentos sobre África desde a fase da penetração europeia, até aos grandes desafios actuais, passando colonização, processo de descolonização, bem como as peripécias da guerra fria, fruto das rivalidades entre superpotências. Além disso consiste em analisar as interacções entre os Estados Africanos, individual e colectivamente e suas implicações sobre o sistema internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Africa sujeito das Relações Internacionais
- O Estado Africano
- As interacções entre os Estados Africanos
- O Conflito
- A Cooperação
- O Bilateralismo
- O Multilateralismo (Criação da Organização da Unidade Africana –OUA)
- Oportunidades e constrangimentos dos actores africanos no sistema internacional
- Rivalidades entre superpotências
- Rivalidades entre outras potências em Africa durante o período da guerra fria
- O lugar de África no mundo desde o fim da guerra fria
- Democracia em África
- África no contexto do Comercio internacional
- A problemática dos direitos do homem em África
- O papel de África na Nova Ordem Internacional
- Africa diante das grandes Organizações políticas intergovernamentais
- A Organização das Nações Unidas
- A União Europeia
- A Organização da Conferencia Islâmica
- A commonwealth
- A francofonia
- A Lusofonia
- Africa e os desafios da globalização
- Criação da União Africana
- A nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEP AD)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

René Remond : Introdução a Historia do nosso tempo: Edições grádiva, Lisboa 1994.

Fâge, J.D. :Historia de África, Edição 70, Lisboa.

KI-ZERBO: Historia da África Negra, Volume 11, PublicaçõesEuropa-América, Paris 1972.

GERARD Chaliand: A luta pela África “Estratégias das Potências”, Editora Brasiliense, S. Paulo Brasil, 1982.

PAULO, João Guerra: Memória das guerras coloniais, 2ª Edição, Edições Afrontamento, Porto, 1994.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro: A África na Política de CooperaçãoEuropeia, 2ª Edição actualizada: O novo Acordo de Parceria assinado em Cotonou, Benin; Instituto Superior de Ciências Sociais e Publicas, Lisboa – 2001.

LEROY, Paul: Les régimes politiques du monde contemporain, PressesUniversitaires de Grenoble, 1992.

MOREAU, Michel: L’ Afrique face au nouveau monde de la formation, in Geopolitique no 63, Automne – 1998.

ILIFFE, John: Os Africanos Dum Continente, Edições Teoramar, 1998.

EMILIA, M. Madeira Santos: Nos caminhos de África,Ed.Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto de InvestigaçãCientifica Tropical, Lisboa – 1998.

SERAO, Joel de Oliveira Marques: Nova Historia daExpansãoPortuguesa, 1 a Edição, Lisboa, Outubro de 1998.

Carta da União Africana

Documento sobre o NEP AD/ Outubro de 2001

45. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS II

SUMÁRIO

Organização das nações unidas. Organizações intergovernamentais regionais africanas. Organizações internacionais de que Angola é membro. Organizações financeiras internacionais. Organizações militares internacionais. Organização do tratado do atlântico norte (otan) de Varsóvia (pv).

OBJECTIVOS

Oferecer aos alunos uma visão abrangente da matéria, visando dar base para que possa acompanhar a evolução da disciplina e compreender sua importância no mundo actual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SOCIEDADE DAS NAÇÕES

Génese e objectivos da Sociedade das Nações (SDN).

Órgãos da Sociedade das Nações (SDN).

Razões do fracasso da Sociedade das Nações (SDN).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Génese e objectivos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Organismos especializados da Organização das Nações Unidas (ONU).

ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS REGIONAIS AFRICANAS

Organizações Internacionais Continentais. Organizações Internacionais Regionais.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE QUE ANGOLA É MEMBRO

Organizações Internacionais Universais. Organizações Internacionais Continentais. Organizações Internacionais Regionais.

ORGANIZAÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

Banco Mundial (BM).

Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

ORGANIZAÇÕES MILITARES INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN) DE VARSÓVIA (PV).

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

CAMPOS, João Mota de . Organizações Internacionais (Serviço de Educação, Fundação Calouste Gubenkian).

DECAUX, Emmanuel. La Conférence sur la Sécurité et la coopération en Europe, Paris, P.U.F. 1992.

-
- DÉFERGES, Philippe Moreau . Les Institutions européennes, Paris, Armand Colin, 1993.
- DUMOULIN, André e REMMANCHE, Eric . L 'union de l 'Europe occidentale, Phénix de la défense européenne, Bruyant, Bruxelles, 1998.
- FERNANDES, António José .A União Europeia de Maastricht: Federação, Confederação ou Comunidade de Estados? Lisboa, Ed. Presença, 1994.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar . Organizações Internacionais (Textos Fundamentais), Lisboa, 1991.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar. Organizações Intergovernamentais (Textos Fundamentais), Almedina, 2³ Edição.
- HUNTZINGER, Jacques . Europes, Paris, Edition Ramseg, 1977.
- MATOS, Paula de e PEDRO Rui .As ONG (D) e a Crise do Estado Soberano - Coleção Teses, Universidade Lusíada, Editora Lisboa, 2001.
- MOREIRA, Adriano . A comunidade Internacional em Mudança, São Paulo. Resenha Universitária, 1976.
- PIRES, Francisco Lucas . Tratados que Instituem a Comunidade e a União Europeia, Lisboa, Editorial Notícias, 1992.
- RIBEIRO, Manuel . A Organização das Nações Unidas, Almedina.
- TAVARES, Ricardo Neiva . (Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco) - As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas), Instituto do Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos.

**4º ANO
ECONÓMICA
VII SEMESTRE
SUMÁRIOS**

- 46 Análise Económica e Financeira**
- 47 Contabilidade**
- 48 Direito Diplomático e Consular**
- 49 Direito Internacional Económico**
- 50 Marketing**
- 51 Seminário sobre Problemas Internacionais
Actuais**
- 52 Teoria e Técnicas de Negociação
Internacional**

46. ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA

SUMÁRIO

Relações Económicas Internacionais – Histórico. Importância do Comércio Internacional: Abrangência do Comércio Internacional. Teoria das Vantagens Absolutas. Teoria das Vantagens Comparativas. Teoria do Custo de Oportunidade. Abordagem de Linder. Abordagem de Vernon. Políticas Comerciais. Balanço de Pagamentos. Taxa de Câmbio. Movimento de Capitais. Empresas Multinacionais. Organizações Internacionais e as relações económicas internacionais Integração Regional. Globalização.

OBJECTIVOS

- Apresentar aos alunos os princípios essenciais ao entendimento dos problemas económicos internacionais;
- Fornecer elementos que identifiquem os objectivos das políticas económicas externas;
- Possibilitar ao estudante a visão global do funcionamento das organizações multilaterais, bilaterais e regionais de integração e de cooperação entre as nações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Relações Económicas Internacionais – Histórico
- Importância do Comércio Internacional:
- Abrangência do Comércio Internacional
- Teoria das Vantagens Absolutas
- Teoria das Vantagens Comparativas
- Teoria do Custo de Oportunidade
- Abordagem de Linder
- Abordagem de Vernon
- Políticas Comerciais
- Balanço de Pagamentos
- Taxa de Câmbio
- Movimento de Capitais
- Empresas Multinacionais
- Organizações Internacionais e as relações económicas internacionais
- Integração Regional
- Globalização

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

-
- CALDAS, Ricardo W. ; AMARAL, Carlos Alberto A. do. Introdução a globalização: noções básicas de economia, marketing e globalização. São Paulo: Celso Bastos, 1998.
- FOSCHETE, Mozart. Relações económicas internacionais. São Paulo: Aduaneiras, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo; BAUMANN, Renato; PRADO, Luis Carlos Delorme etall. A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades ou governabilidade. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HOBSBAWM, Eric J. Era do capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- IANNI, Octavio. Teorias da globalização. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LIPSON, Charles (Ed.), COHEN, Benjamin J. Theory and structure in international political economy. 2. ed. Massachusetts: MIT Press, 2000.
- MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comercio exterior. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- RATTI, Bruno. Comercio internacional e cambio. 10. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- TAVARES, Maria da Conceição. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THUROW, Laster C. Futuro do capitalismo: como as forcas económicas de hoje moldam o mundo de amanhã. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

47. CONTABILIDADE

SUMÁRIO

Princípios e normas contábeis. Sistema básico de contabilidade. Noções sobre demonstrações contábeis. Objectivos e funções da administração financeira. Demonstrações financeiras. Contabilidade financeira e custos aplicados ao turismo. Contabilidade e relatórios económicos e financeiros como ferramentas a serem utilizados nos processos decisórios de administração de empresas turísticas.

OBJECTIVOS

- Tornar a contabilidade fácil de ser entendida e fácil de produzir resultados nos diversos campos da atividade humana;
- Proporcionar conhecimentos básicos de Contabilidade Geral pela importância para a área de Relações Internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Princípios e normas contábeis.
- Sistema básico de contabilidade.
- Noções sobre demonstrações contábeis.
- Objectivos e funções da administração financeira.
- Demonstrações financeiras.
- Contabilidade financeira e custos aplicados ao turismo.
- Contabilidade e relatórios económicos e financeiros como ferramentas a serem utilizados nos processos decisórios de administração de empresas turísticas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

Diversos. Manual de Contabilidade Empresarial.

Diversos. Manual de Contabilidade Geral.

ROSANAS, Morti. La introducion a Contabilidad. Editorial Desclée, 1990.

48. DIREITO DIPLOMÁTICO E CONSULAR

SUMÁRIO

Estudo da disciplina, insiste-se que os alunos entendam a natureza peculiar da actividade diplomática, que aprendam a sua evolução ao longo dos tempos, e distingam as suas linhas de continuidade e mudança. Percebido o seu conceito, as idades marcantes para o desenvolvimento do método diplomático, devem os alunos saber identificar os aspectos essenciais que aproximam ou diferenciam a diplomacia bilateral e a diplomacia multilateral, nomeadamente na abordagem dos problemas novos trazidos pela revolução tecnológica e pela globalização. A partir daí, segue-se a apreensão de conhecimentos sobre a tipologia diplomática; as fontes do direito diplomático; o estudo comentado das convenções de Viena de 1961 e 1963, com particular incidência quanto às razões das normas e à resolução de casos concretos, quer no plano diplomático, quer no consular. Pretende-se, ainda, oferecer aos alunos uma visão da prática diplomática e da documentação por que se processa, bem como dar-lhes a conhecer os principais aspectos da diplomacia económica.

OBJECTIVOS

Espera-se que os alunos retenham, num plano teórico, a particular natureza da actividade diplomática; a sua evolução histórica; a sua capacidade de adaptação aos vários desafios que ao longo dos tempos tem enfrentado; o seu papel nuclear para a regulação das relações internacionais; as alterações de método provocadas pela revolução tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Diplomacia: conceitos;
- Evolução histórica;
- Fontes de Direito diplomático;
- As Convenções de Viena;
- As Missões Diplomáticas: funções, organização, privilégios e imunidades;
- A prática diplomática;
- Diplomacia bilateral e multilateral;
- Diplomacia económica;
- Estatuto diplomático português;
- Evolução histórica da função consular;
- Estabelecimento das relações consulares;
- Estatuto dos Cônsules: funções e deveres;
- Privilégios e imunidades;
- Regulamento consular português.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

- A Diplomacia Pura – José Calvet de Magalhães - Bertrand - 1996
Breve História da Diplomacia de Portugal – José Calvet de Magalhães – Publicações Europa-América – 90
Direito Consular – Wladimir Brito – Coimbra Editora – 2004
Globalization and its Discontents – Joseph Stiglitz – Allen Lane – Penguin Books - 2003
Histoire Diplomatique de 1919 à nos Jours – Jean Baptiste Duroselle-Dalloz - 1993
Manual Diplomático – José Calvet de Magalhães - Bizâncio – 2001
Memoirs – 25/50 – George Kennan – Pantheon Books N.Y. – 1983
Memórias – Jacques Delors – Quetzal Ed. – 2004
Renaissance Diplomacy – Garrett Mattingly – Dover Publications – N. York 1988
The Evolution of Diplomatic Method – Harold Nicolson – Cassel History – 1954

49. DIREITO INTERNACIONAL ECONÓMICO

SUMÁRIO

O tema Direito vem ganhando. Importância e relevância no campo social, política e económica, para o mundo académico. Tendo em conta o tratamento interdisciplinar do curso de relações internacionais, as disciplinas de direito e de economia são indispensáveis. Assim, ao estudar o binómio direito e economia o estudante de relações internacionais deve dominar os conceitos das duas disciplinas principalmente no âmbito internacional.

OBJECTIVOS

- O estudo de direito internacional económico permitirá aos discentes o conhecimento específico dos elementos teóricos e conceptuais do direito internacional e da economia internacional. Permitirá também aos estudantes aplicação do direito á economia internacional.
- Capacitar os discentes de relações internacionais o domínio de instrumentos normativos que regulam as relações económicas internacionais
- Capacitar o discente de relações internacionais o domínio do processo de resolução de conflitos nas relações económicas internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Aspectos Gerais do Direito Internacional Económico (DEI)
- O Introdução ao DEI, noção, âmbito, natureza, objecto, características, fontes e sujeitos da DEI.
- Surgimento e evolução histórica do Direito Internacional Económico
- Conceito de Direito Internacional Económico
- O Direito Internacional económico e as disciplinas afins
- O Direito Internacional económico e Ordem Económica Internacional
- OS Objectivos e Princípios do DEI e suas Fontes
- Fontes Gerais
- Os princípios do Direito Internacional Económico Sistema de votação e Auto regulamentação das OIE

ORGANIZAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS

- Organizações Universais:
- GATT
- OMC

BANCO MUNDIAL

- FMI
- Organizações Regionais
- União Europeia (política comercial comum)
- SADC
- CEAC
- CEDAO

OS TRATADOS ECONÓMICOS INTERNACIONAIS

- Tratados Comerciais
- Acordo Comerciais (de contingentes)
- Acordo de Crédito
- Acordos Internacionais sobre mercadorias
- Acordos de assistências Técnica e Cooperação Técnico - Científica
- Acordos de pagamentos internacionais

INVESTIMENTO INTERNACIONAL

- A protecção e a garantia dos investimentos.
- A resolução de litígios relativos ao investimento internacionais

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

André Gonçalves Pereira e Fausto Quadro - Manual de Direito Internacional Económico. Almedina 1993.

Eduardo Pais Ferreira e João Atanásio - Textos de Direito do Comercio Internacional e do Desenvolvimento Económico; Almedina 2004.

João Mota de Campos, Manuel Carlos Porto e outros - Organizações Internacionais, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

Luís Máximo - Texto de Relações Internacional Económico, Associação Académico da Faculdade de Direito de Lisboa 1997.

Maria Helena Brito - Direito do Comercio Internacional, Almedina Lisboa 2004.

Paul. R. Krugman e Maurice Obstfeld. - Economia Internacional (Teoria e Política), S.Paulo 2002.

Todos Manuais, Revistas e Jornais, que abordam matéria do DIE nacionais e internacionais.

50. MARKETING

SUMÁRIO

Conceitos básicos de Marketing. Definição, evolução e estratégias gerais. A importância do marketing e da comercialização para as empresas. O domínio do marketing. O marketing estratégico. Estratégias de participação no mercado. Grupo alvo. Decisões de produto. Conceito e concepção de produto. Produto novo. Composto de produto. Conceito e função de marca. Estratégias de marca. Etapas do desenvolvimento da marca. Estratégias promocionais. Propaganda. Promoção de vendas. Relações públicas. Organização de marketing. Administração de marketing. Estruturas do departamento de marketing. Implementação.

OBJECTIVOS

Fornecer ao aluno de Relações Internacionais um quadro conceptual do significado do marketing no contexto actual, a fim de que este possa utilizar os instrumentos mercadológicos na sua prática profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução ao Marketing
- Conceitos essenciais
- Evolução histórica
- Processo de Administração em Marketing
- Estrutura do Marketing
- Planeamento estratégico
- Plano de Marketing
- Segmentação do mercado
- Sistemas de Informação e Pesquisa de Mercado
- O Produto: conceito e função de marca
- Marketing e Mercado
- Estruturas e Departamentos de Marketing

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

BASSI, Eduardo. Globalização de negócios: construindo estratégias competitivas. São Paulo: Cultura, 1997.

KOTABE, Masaaki, HELSEN, Kristiaan. Administração de Marketing global. São Paulo: Atlas, 2000.

KUAZAQUI, Edmir. Marketing internacional: como conquistar negócios em mercados internacionais. São Paulo: Makron, 1999.

PIPKIN, Alex. Marketing internacional. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

51. SEMINÁRIO SOBRE PROBLEMAS INTERNACIONAIS ACTUAIS

SUMÁRIO

Os grandes problemas económicos internacionais. Os interesses económicos. A globalização e suas consequências SOCIOeconómicas. A emergência da Ásia. A problemática sobre a implementação do Protocolo de Kyoto. As divergências no seio da OMC. A crise Energética e Nuclear. Cooperação Internacional. Relações Norte-Sul. Relações Sul-Sul.

OBJECTIVOS

- Aprofundar os conhecimentos adquiridos nas cadeiras de TRI e HRI;
- Tratar de temas apoiando-se sobre os conhecimentos adquiridos;
- Analisar os diferentes aspectos, caso a caso.
- Objectivos específicos
- Compreender, construir e explicar (defender ou criticar) situações ou problemas internacionais contemporâneos;
- Analisar alguns dos grandes problemas internacionais;
- Identificar e ultrapassar certos preconceitos em relação as
- diferentes concepções do mundo;
- Analisar a actualidade internacional relativamente às considerações históricas, sociais culturais e geográficas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

Atlas do Mundo para o século XXI; Atlas du Nouvel Etat du Monde

BONIFACE, Pascal: Vers la 3^e Guerre Mondiale?: Armand Colin, 1^e Edit. Paris, 2005 ;

Catálogo da UNESCO: Dialogue entre Civilisations - 1 Edit. Paris 2003.

DE VILLIPIN, Xavier: Le nouveau Monde dans les RI, Ellipses, 1^e Ed. Paris, 2005;

FUKUYAMA, Francis: Gouvernance du Monde au 21^e Siecle ; 1 Edit, Paris, 2005 ;

52. TEORIA E TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO INTERNACIONAL

SUMÁRIO

Importancia da negociação colvio, conceitos chaves e definições. Os protagonistas da negociação. Formas e manobras de negociação. Principios e metodos de negociação diplomatica. Teoria do jogo na negociação. Caso practico de negociação diplomatica: a comissao mista.

OBJECTIVOS

- Durante a sua formação, o estudante vai ter a oportunidade de se familiarizar com varias disciplinas ministradas no campo das Relações Internacionais. O domínio destas disciplinas constitui uma condição necessária mas não suficiente para o desempenho cabal das suas actividades no campo diplomático. Por isso, o domínio das técnicas de negociação visa proporcionar ao futuro especialista «diplomático», técnicas apropriadas que lhe possibilitam alcançar melhores resultados quando for indicado a participar numa actividade de negociação.
- Visa dotar os estudantes de um instrumento fundamental para a sua futura vida profissional e capacita-lo para saber fazer fase o processo negocial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

IMPORTANCIA DA NEGOCIAÇÃO COIVIO, CONCEITOS CHAVES E DEFINIÇÕES.

- Conceito de negociação
- Características da negociação
- A negociação distributiva
- *IA* A negociação integrativa
- A negociação mista
- A negociação diplomática

OS PROTAGONISTAS DA NEGOCIAÇÃO

- Os actores da negociação
- Estados Soberanos como negociadores
- Actores não-governamentais em negociação
- *A* Interação e dinâmica entre actores negociais
- O perfil do negociador

FORMAS E MANOBRAS DE NEGOCIAÇÃO

- Definição e categoria de estratégia de negociação
- Definição e categoria de tática de negociação
- Definição e categoria de manobras de negociação

PRINCIPIOS E METODOS DE NEGOCIAÇÃO DIPLOMATICA

- Objecto da negociação
- A preparação da negociação
- A condução da negociação
- *A* As técnicas da negociação
- A escolha da estratégia
- As estratégias e táticas mais utilizadas

TEORIA DO JOGO NA NEGOCIAÇÃO

CASO PRACTICO DE NEGOCIAÇÃO DIPLOMATICA: A COMISSAO MISTA.

- Considerações gerais
- Quadro jurídico

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

Acetato das Aulas, Negociação, INDEGIISCTE, 2003,2004.

Capela, J E Hartman, S. W. Dicionário de Termos de Negócios Internacionais. Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2001.

Carvalho, José Mexia Crespo. Negociação, edições SILABO, LDA, Lisboa, Portugal, la edição, 2004

Constatin L. Psychology de la negociations economique prive, Paris, PVF, cit in Alain Palintey, La negociation intemacionale - rrincipes et Methodes, Centre N ational de la recherche scientifique, Paris, 19980 pago 18.

Dante P. Martinelli, Carla A. A. Ventura e Juliano R. Machado, Negociação Internacional, 1a Edição, 2004.

DuPont C. La negotiation, conduit, theories et applications, Paris Dalloz, 1980, pago 18.

Fisher R, Ury W, Parton B, Como conduzir uma negociação, Porto, Asa Editora, 2000, 224 pag., Pago 15.

Homero S. Amato, Como Negociar Estratégias, Táticas e Técnicas para melhor negociar e obter vantagens. Brasil, 2004.

Ikle Fred Charles, How nations negotiate. London, New York, Harper and Row 2 end ed. 1973,446 pago

Jesuino, C. A Negociação: Estratégias e Táticas, texto Editora, 1992.

Luecke, R. Negociacion, Harv'ard Business Essentials, Deusto, 2004.

Nierenberg, G. r. O Negociador Completo, Brasil, 1988.

Noronha, M. e Noronha, Z. Do Conflito a Gestão e a Decisão Negociada. Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2002

Pruit, D. G. e Rubin, Social Conflict: Escalation, Stalemate and Settlement, Random House, 1986

Pruit, D. G. Negotiation Behaviour, academic Press, 1981

Raiffa, H., Lectures on Negotiation Analyses PON Books, 1996

Ross, S. Os Segredos de uma Negociação Bem Sucedida, Lisboa, Editora Plátano, 2003.

Silva, M. P. Infante e Ribeiro, A. V. Negociação: Técnicas e Ferramentas, Lisboa: Lidel- Edições Técnicas, 2003.

Sir Nicholson H, Diplomacy, Oxford University Press 1939, pago 4.

Starkey B, Boyer M, Wilkenfeld I. Negotiating a Complex World: An Introduction to international negotiation, N ew Y ork, Rowan e Littlefield Publishers Inc. Zang L.L' importance de la negotiations en tant que phenomeme social et definition de la negotiation, Seminaries IRIC ACCT sur les mechanisms de la negotiation international, Yaoundé, 31 Juliet- 11 Aout 1995, 13 pago

The Art and Science ofNegotiation, The Harvard University Press, 1982.

Walton, R. e Mckersie, R., A Behavioural Theory ofLabour Negotiations, McGraw-Hill, 1965.

4º ANO
VIII SEMESTRE
SUMÁRIOS

- 53 Banca e Finanças Internacionais**
- 54 Marketing Internacional**
- 55 Negócios Internacionais**
- 56 Protocolo e Cerimonial**
- 57 Mercados Financeiros**
- 58 Psicologia Social**
- 59 Segurança nas Relações Internacionais**

53. BANCAS E FINANÇAS INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

Banco Central e Política Monetária. Os instrumentos da Política Monetária. Os efeitos da moeda sobre o produto e os preços. A Balança de Pagamento. Estrutura, Análise e interpretação dos diversos saldos. O Mercado de Câmbio. Organização do Mercado. A determinação das taxas de câmbio. A política da desvalorização cambial. Financiamento Internacional. Outros Financiamentos. O Investimento Internacional. A Política Macroeconómica Internacional. O Sistema Monetário Internacional. O Fundo Monetário Internacional. Endividamento Internacional.

OBJECTIVOS

- Proporcionar conhecimentos sólidos aos discentes; para que sejam capazes de realizarem uma análise sistémica da Economia Mundial; nomeadamente análise das questões Financeiras ligadas as trocas Internacionais.
- Interligar os conhecimentos aprendidos na disciplina de Introdução a Economia, e no contexto da Globalização da vida Económica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução
- Revisão
- Objecto de estudo
- Banco Central e Política Monetária
- Importância e Funções
- Os instrumentos da Política Monetária
- Os efeitos da moeda sobre o produto e os preços
- A Balança de Pagamento
- Considerações gerais sobre a B. P
- Estrutura, Análise e interpretação dos diversos saldos
- Financiamento do Défice da B.P
- O Mercado de Câmbio
- Considerações gerais sobre o Mercado de Câmbio
- Organização do Mercado
- A determinação das taxas de câmbio
- A política da desvalorização cambial
- O Modelo MundeU-Flemming: A modalidade perfeita do capital com taxas de câmbio fixos
- Financiamento Internacional
- financiamento de Operações Internacionais
- Outros Financiamentos
- O Investimento Internacional
- A Política Macroeconómica Internacional
- Considerações gerais
- O Modelo IS-LM-BP
- O Sistema Monetário Internacional
- O Fundo Monetário Internacional
- Endividamento Internacional

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

ADDA, Jacques. A Mundialização da Economia. Génese, Terramar Lisboa, 1997.

ADDA, Jacques. A Mundialização da Economia. Génese Problemas, Terramar, Lisboa, 1997.

BONIFACE, Pascal. Atlas de Relações Internacionais, Platão, Lisboa, 2000.

Comércio Internacional, Teorias e Técnicas, Lisboa, 1991.

DE IVIEDEIROS, Eduardo Raposo. Economia Internacional, ISCSEP Lisboa, 2000.

DE MEDEIROS, Eduardo Raposo. O Sistema Comercial. Factores e Técnicas de Intervenção, ISCSEP - Lisboa, 1998.

FERNANDES, António José. Relações Internacionais. Factos, Teorias e Organizações, Editoril Presença, Lisboa, 1991.

GARNIER, Olivier e CAPUL, Jean Yves. Dicionário de Economia e de Ciências Sociais, Editora Plátano, Edições Técnicas. Hatier, Paris, 1996.

GRUGMAN/OBSTFEELD. Economia Internacional - Teoria e Política, Makron Books, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Ivária da Luz., PAIS, Vlária João., CABRITO, Belmiro João. Economia, Texto Editora, Lisboa, 1992.

PORTO, Manuel Carlos Lopes. Teoria da Integração das Teorias Comunitárias, 3ª Edição, Editora Almedina Coimbra, 2001.

RICARDO, Fernando Pereira., IVIORTIS, Luis., DOS SANTOS, Luis LVI Máximo. Relações Económicas Internacionais, Textos. Associação Académica da Faculdade de Direito, Lisboa, 1977.

SALVATORE, Dóminick. Economia Internacional 6ª Edição, L.T.C., Rio de Janeiro, 1998.

SAMUELSON/NORDHAUS Economia, MCGRAW-HILL, 16ª Edição, Lisboa 1999.

WILLAMSON, Jonh. Economia Aberta e Economia Mundial, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1998.

54. MARKETING INTERNACIONAL

SUMÁRIO

Conceitos básicos de Marketing. Conceitos de Marketing Internacional. Características específicas dos mercados internacionais. Mix de Marketing Internacional. Planejamento estratégico de Marketing. Plano de Marketing Internacional.

OBJECTIVOS

Fornecer ao aluno de Relações Internacionais um quadro conceptual de marketing internacional, a fim de que este possa utilizar os instrumentos mercadológicos na sua prática profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução ao Marketing
- Conceitos essenciais
- Evolução histórica
- Processo de Administração em Marketing
- Planejamento estratégico
- Plano de Marketing
- Segmentação do mercado
- Sistemas de Informação e Pesquisa de Mercado
- Mix de Marketing – Produto, Preço, canais de distribuição, Promoção
- Marketing Internacional
- Conceitos essenciais
- Globalização e corporações multinacionais
- Estratégias globais de entrada no mercado
- Ambientes Social e Cultural
- Ambientes Político e Jurídico
- Ambiente financeiro global
- Segmentação do mercado global
- Sistemas de Informação e Pesquisa de Mercado Global
- Tendências do Marketing Internacional
- A aplicação dos conhecimentos de marketing à actuação do profissional de relações internacionais

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

BASSI, Eduardo. Globalização de negócios: construindo estratégias competitivas. São Paulo: Cultura, 1997.

KOTABE, Massaaki, HELSEN, Kristiaan. Administração de Marketing global. São Paulo: Atlas, 2000.

KUAZAQUI, Edmir. Marketing internacional: como conquistar negócios em mercados internacionais. São Paulo: Makron, 1999.

PIPKIN, Alex. Marketing internacional. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

55. NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

Noções básicas de comércio internacional. Balança comercial e política de comércio exterior. Termos técnicos de Comércio Exterior. Barreiras Comerciais. Exportação e importação, planejamento e negociação. Internacionalização das organizações e internacionalização de serviços e produtos. Estrutura e regulamentação do comércio exterior angolano. Ferramentas para condução de operações de comércio exterior (Incoterms 2000, Câmbio, classificação fiscal, cálculo de preços e valoração aduaneira).

OBJECTIVOS

- Proporcionar ao estudante de relações internacionais os conhecimentos elementares do comércio exterior;
- Dotar o aluno de condições técnicas para análise de mercado, através da interacção entre consumidores e empresas e das influências exercidas por políticas governamentais e condições económicas globais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução ao Comércio Exterior e termos técnicos utilizados.
- Noções Básicas, incoterms/ classificação e modalidade.
- Pesquisa de mercado e comércio electrónico.
- A política brasileira de comércio exterior
- A balança comercial brasileira
- Barreiras comerciais
- Legislação vigente
- Actualidades do Comércio Exterior na África e no Mundo.
- Estrutura de Comércio Internacional
- Ferramentas para a condução de operações de comércio exterior
- Incoterms 2000
- A questão fiscal: classificação de mercadorias e tributação
- Câmbio e formas de pagamento
- A nacionalização das mercadorias
- A valoração aduaneira

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

BIZELLI, João dos Santos; BARBOSA, Ricardo. Noções básicas de importação. 8. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

-
- GARCIA, Luiz Martins. Exportar: rotinas e procedimentos, incentivos e formação de preços. 7. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- KEEDI, Samir . ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas. São Paulo: Aduaneiras. 2004.
- MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MINERVINI, Nicola. O exportador. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.
- RATTI, Bruno. Comércio internacional e câmbio. 10. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

56. PROTOCOLO E CERIMONIAL

SUMÁRIO

Do protocolo e do cerimonial. Da precedência. Da bandeira nacional da correspondência. Das actividades sociais. Dos convites. Da colocação da mesa.

OBJECTIVOS

- Instrumentalizar o aluno para actuar como futuro profissional na área de Relações Internacionais;
- Desenvolver o pensamento criativo em relação à organização distinguindo a importância do seu papel dentro da área de Relações Internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DO PROTOCOLO E DO CERIMONIAL

- Conceito de protocolo e cerimonial
- Observância das regras do protocolo e cerimonial
- O serviço de protocolo e cerimonial
- Prática do protocolo e cerimonial

DA PRECEDÊNCIA

- Conceito de precedência
- Precedências em geral na República de Angola
- Precedência entre os membros do Conselho da República
- Precedência na mesa de conversações oficiais entre delegações
- Precedência na assinatura de acordos e convénios
- Precedência no interior das viaturas, nos cortejos, no embarque e a pé

DA BANDEIRA NACIONAL

- Bandeira Nacional
- Pavilhão presidencial

DA CORRESPONDÊNCIA

- Correspondência oficial
- Fórmulas usadas
- Correspondência com as Missões Diplomáticas acreditadas no nosso país
- Formas de tratament

DAS ACTIVIDADES SOCIAIS

- Actividades sociais. Sua importância
- Regras de conduta social
- Saudação
- Apresentação
- Visitas
- Envio de flores
- Felicitações, agradecimentos e pêsames
- Cartões de visita

DOS CONVITES

- Convites oficiais ou formais
- Convites informais
- Convites particulares
- Impressão tipográfica dos convites
- Regras a observar nos convites

DA COLOCAÇÃO DA MESA

- Plano de mesa. Sua confecção
- Tipo de presidência da mesa
- lugar de honra Precedência dos convivas
- Serviço de mesa
- Banquete oferecido pelo anfitrião ao convidado em visita oficial
- Discurso oficial
- Jantares e bailes
- Almoços
- Recepções
- Cocktails

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

Magalhães, José Calvet: Manuel Diplomático, Editorial Bizâncio, Lda, 2001.

Magalhães, José Calvet: Diplomacia Pura. Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, Editado pelo MIREX Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963, Editado pelo MIREX

57. MERCADOS FINANCEIROS

SUMÁRIO

Oferta de Moeda. Teorias sobre Demanda de Moeda. Instrumentos de Política Monetária. Sistema Financeiro e Funcionamento dos Mercados Financeiros. Política de Financiamento Agroindustrial. Avaliação dos Custos e Benefícios - Novas Estratégias de Financiamento da Agropecuária e da Agroindústria.

OBJECTIVOS

- Proporcionar ao estudante os conhecimentos básicos a respeito da economia monetária e do crédito, seu papel como instrumento de desenvolvimento e normas gerais que regulamentam suas operações.
- Ministrar conhecimentos sobre a importância e o funcionamento dos mercados financeiros.
- Discutir os principais instrumentos de política monetária e seus efeitos no desenvolvimento econômico do país.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Oferta de Moeda: conceitos de moeda, base monetária e meios de pagamentos: Mercados Financeiros e Política Monetária: Moeda, Sistema Monetário e Política Monetária;
- Intermediação Financeira;
- Sistema Financeiro Nacional;
- Instrumentos de Política Monetária - Mercados
- Financeiros: Mercado Formal e Mercados Informais;
- Evolução histórica e estrutura atual;
- Situação Actual dos financiamento;
- Programas existentes, fontes de recursos, etc.;
- Seguro de crédito;
- Mercados futuros e perspectivas de novos programas - Experiência de Crédito Agrícola em
- Outros Países - Avaliação da Política de Crédito em outros países.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

University, San José, Costa Rica, 1987. p. 192-205.

ARAUJO, P.F.C. *et alii* Brazilian agricultural finance: impressions from the fields. Piracicaba, ESALQ, 1988.

ARAUJO, P.F.C. *et alii* Uma descrição dos mercados financeiros formais e informais na agricultura brasileira. Piracicaba, ESALQ/FEALQ, 1991.

CHANDLER, L.V. The economics of money and banking. 4th. edition, New York, Harper and How, 1964.

COSTA, F. N. da. Economia Monetária e Financeira: uma abordagem pluralista. São Paulo, Makron Books, 1999.

DUESENBERRY, J.S. Introdução à economia monetária. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

FAGUNDES, M.H. Comentários sobre o crédito rural no Brasil e sua evolução recente. Brasília, DF MA/CFP-SUPEC, 1987.(coleção de trabalhos técnicos CFP, 21).

FORTUNA, E. Mercado Financeiro: produtos e serviços. 2a. ed. Rio de Janeiro, Quality Mark Editora, 1992.

FRAY, M. J. Money, Interest and Banking in Economic Development. The Johns Hopkins Univ. Press, 1984.

HERLICH, J.P. Avaliação e seleção de projetos de investimento: critérios quantitativos. 2a. ed. São Paulo, Atlas, 1979.

MEYER, R. *et alii* Mercado de crédito rural e os pequenos agricultores do Brasil.

In: ARAUJO, P.F.C. & SCHUH, G.E. (coords.) Desenvolvimento da agricultura: análise de política econômica. São Paulo, Pioneira, 1975.pp. 151-204.

MONTORO Fº, A. Moeda e sistema financeiro no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1982.

NELSON, A.G. *et alii* Agricultural finance. 6 th. ed.The Iowa State University Press, 1973.

OLIVEIRA, J.C. & MONTEZANO, R.M. Os limites de financiamento à agricultura no Brasil.

IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. ANPEC, Olinda, 1981. pp.463-500.

SALOMÃO, M. & SANTOS, M.L.M. Economia. Brasília, Banco Central do Brasil, 1981.

SAYAD, J. Crédito rural no Brasil - avaliação das críticas e das propostas de reforma. São Paulo, Pioneira, 1984.

SAYLOR, R.G. *et alii* Crédito e agricultura de subsistência: alguns instrumentos de análise.

Alternativas de desenvolvimento dos grupos de baixa renda na agricultura brasileira.

Anais. Piracicaba, ESALQ/USP, 1974.

SIMONSEN, M.H. e R.P. CYSNE. Macroeconomia. FGV Editora e Atlas, 1995.

58. PSICOLOGIA SOCIAL

SUMÁRIO

Breve histórico. Principais conceitos da psicologia social. Métodos em psicologia social. Aplicações tradicionais da Psicologia Social e novos campos de actuação: a questão da interdisciplinaridade. Temas em psicologia social. A psicologia social americana. A psicologia social de inspiração marxista. Elementos básicos das organizações humanas: crenças e valores, mitos, ritos e símbolos. As principais instituições humanas: linguagem, religião, trabalho e parentesco. Tipos clássicos de organização humana: comunidade e sociedade. Diferença entre psicologia na instituição - aplicação de procedimentos técnicos e psicologia da instituição - intervenção sócio-política. Práticas e discursos contemporâneos da Psicologia Social: novas tendências. Métodos em Psicologia Social.

OBJECTIVOS

- Aprofundar o aluno nos conhecimentos estudados anteriormente na disciplina Psicologia;
- Dotar o estudante de conhecimentos teórico-práticos para interpretar e utilizar os conhecimentos da Psicologia Social no desenvolvimento futuro da sua actividade profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O que é Psicologia Social: história e evolução
- Temas em psicologia social
- Psicologia Social e interdisciplinaridade
- Psicologia Social e as Organizações Sociais
- Métodos, práticas e discursos contemporâneos
- Antigos e novos campos de actuação da Psicologia Social
- As diferentes escolas de pensamento da Psicologia Social

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RODRIGUES, Aroldo. Psicologia social. São Paulo. Vozes, 1979.

ARRUDA, Ângela Artigo: O Estudo das representações sociais: uma contribuição à psicologia social do Nordeste Fortaleza/CE: Revista de Psicologia da UFC, vol. 01, n.º 01, 1983.

BRANDÃO, Israel R. e BOMFIM, Zulmira A. C. (orgs.) [Os Jardins da psicologia comunitária](#)

Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC e ABRAPSO - Núcleo Ceará. CAMPOS, Regina H. de F. (org.) Psicologia social comunitária - Da solidariedade à autonomia Petrópolis: Editora Vozes.

CASTILHO, William C. P. Dinâmica de grupos populares Petrópolis: Editora Vozes.

CIAMPA, Antônio da C. Estória do Severino e história da Severina São Paulo: Editora Brasiliense.

CODO, Wanderley (orgs.) Psicologia social: o homem em movimento São Paulo: Editora Brasiliense.

KRECH, David e CRUTCHFIELD, Richard. Elementos de psicologia. São Paulo: Pioneira, 1980.
LANE, Sílvia T. M. O que é psicologia social São Paulo: Editora Brasiliense.
MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995.
RODRIGUES, Aroldo. Psicologia social. São Paulo. Vozes, 1979.
SAWAIA, Bader B. (orgs.) Novas veredas da psicologia social São Paulo: Editora Brasiliense.
RIOS, José A. Educação dos grupos São Paulo: EPU.
VASCONCELOS, Eduardo M. O que é psicologia comunitária São Paulo: Editora Brasiliense.
ZANELLA, Andréa V., SIQUEIRA, Maria J. T., LULHIER, Louise A. e MOLON, Susana I. (orgs.) Psicologia e práticas sociais Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

59. SEGURANÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

Análise e prognóstico do desenvolvimento concreto das Relações Internacionais no mundo. O sistema mundial e a globalização dos principais fenômenos da evolução social. Estudo dos principais problemas globais, seu surgimento e tendências do desenvolvimento, tentativas de solução concertada no nível da segurança global e estabelecimento de cenários – a partir das dicotomias paz/guerra, desarmamento/corrida armamentista, até problemas globais concretos de saúde, educação, mão-de-obra etc. Breve estudo das particularidades do processo decisório das Relações Internacionais na Europa, América, Ásia e Oceania, Oriente Médio e África.

OBJECTIVOS

Levar o aluno a compreender a dinâmica das Relações Internacionais Contemporâneas para melhor poder se movimentar dentro das realidades internacionais mais recentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Política Internacional: poder e segurança
- Cultura e relações internacionais
- Globalização econômica: finanças, comércio e produção.
- Problemas globais e soluções globais

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da ISPCAB.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIAS

KISSINGER, Henry. Diplomacia. Rio de Janeiro: Francisco Alves/UniverCidade Editora, 1999.
MAGNOLI, Demétrio. Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporâneas. Brasília: FUNAG, 2000.
Managing Global Issues. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2001.

5º ANO
IX SEMESTRE
SUMÁRIOS
60 Estágio Supervisionado
61 Monografia

60. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

SUMÁRIO

A disciplina de Estágio Supervisionado tem carácter teórico-prático. A inserção e actuação do aluno nos processos de trabalho, em campo de estágio, implicam planeamento, implantação e avaliação das acções que serão desenvolvidas. Tais acções deverão estar em consonância com as necessidades do contexto do campo de estágio e com os objectivos de ensino e de aprendizagem da ISPCAB.

O estágio é uma oportunidade para aquisição, pelo graduando, de experiência profissional em situações reais de trabalho, além de contribuir para ampliar e fortalecer atitudes eticamente correctas, conhecimentos e competências.

O estágio obrigatório, como componente curricular determinante do processo de formação académica, é entendido como uma necessidade imposta pelas novas configurações do mundo do trabalho, que está a exigir, além do conhecimento específico da área de formação, o desenvolvimento de competências importantes para a actuação profissional no contexto contemporâneo.

O estágio configura-se, pois, como autêntica actividade pedagógica, submetida à orientação e ao acompanhamento de profissionais habilitados a avaliar a pertinência dessa experiência para a formação do indivíduo, tendo em vista o Projecto Pedagógico do Curso.

Sua validade, para o estudante, está relacionada à possibilidade de promover a reflexão crítica entre teoria e prática, cabendo à Universidade, pela regulamentação e supervisão qualificadas, garantir, através dessa actividade, seu compromisso social com a construção do profissional cidadão.

BIBLIOGRAFIAS

Não haverá indicação prévia, devendo ser elaborada de acordo com o desenvolvimento do Projecto de Pesquisa e indicada pelos professores orientadores.

61. MONOGRAFIA

SUMÁRIO

Desenvolvimento de um trabalho científico que permite aos estudantes por em prática os seus conhecimentos de forma rigorosa, metódica, com a utilização de uma linguagem científica; otimizando a informação disponível em torno de problemas de origem teóricas e ou práticas, sendo a sua principal função a compreensão, explicação, predição e controlo dos fenómenos. Com trabalho científico deve ter uma organização explícita e apresentação segundo as normas existentes.

OBJECTIVOS

As Monografias tem comoobjectivo principal a realização de um trabalho científico individual, elaborado com extremos rigor científico, através do qual os estudantes desenvolvem qualidades para a investigação científica eaprofundam conhecimentos sobreum tem que faca parte de uma área científica ou técnica do âmbito do curso em que se encontra inscrito.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As Monografias são constituídas por duas partes: uma escrita, que é a dissertação propriamente dita e uma parte oral, que é a **Defesa Oral do Trabalho Científico**.

As Monografias são dirigidas pelos Orientadores que deverão ser professores da ISPCAB com o grau de Mestre ou Doutor na área científica a que dizem respeito, sendo responsáveis pela qualidade do trabalho a desenvolver. Compete aos Orientadores dirigir o trabalho do estudante o que inclui aspectos metodológicos, orientação paraa investigação e preparação do relatório e da defesa oral.

Corresponde ao Orientador submeter ao Conselho Científico um relatório sobre a Monografia onde emitea sua opinião sobre a admissibilidade do seu envio à Comissão Examinadora do Trabalho. O orientador deve dedicar à orientaçãoum mínimo de quatro horas por semana. O estudante deverá apresentar ___ exemplares com antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da Apresentação e defesa pública do Trabalho. Os membros do Júri são nomeados pelo Reitor sob proposta do Conselho Científico.

A avaliação da Monografia é feita durante uma sessão pública.

ADMINISTRAÇÃO ACADÉMICA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E POLÍTICAS

Nome	
Campus	Luanda
Graduação	•
Regime	
Experiência Profissional	

ADMINISTRAÇÃO ACADÉMICA DO CURSO

Nome	
Campus	Luanda
Graduação	
Regime	
Experiência Profissional	